



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA

PRESIDENTE: NABIL BONDUKI

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 06 de Maio de 2026

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Com a presença do Vereador Nabil Bonduki na presidência e da Vereadora Renata Falzoni, declaro aberto os trabalhos da 6ª Audiência Pública de 2026 da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, que tem como tema Diálogo e Avaliação dos Impactos Ambientais, Urbanísticos e Patrimoniais da Instalação de Polos Gastronômicos em Parques.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela Rede Câmara SP; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

O convite para sua audiência pública vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 30 de abril de 2026.

As inscrições para participação *on-line* estiveram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 29 de abril de 2026 e estão encerradas. Haverá também inscrição para o público presente, que já está aberta no espaço ao lado. Cada orador terá três minutos para se manifestar. Sugiro que haja manifestação por representantes de associações e entidades, para que nosso trabalho não se estenda demais.

Convido, para compor a Mesa, a Sra. Maria Madalena Vasconcelos, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Foi convidada para esta audiência a Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias. (Pausa) Não está presente. Estive ontem com o Secretário da Casa Civil, que me informou que a Secretaria de Parceria justificaria a ausência, pois ela ainda não começou a tratar desse tema e que, quando isso ocorrer, a pasta se proporia a estar presente.

Também foi convidada para a audiência a Secretaria de Governo Municipal. Algum representante presente? (Pausa)

Chamo para compor a Mesa: Sr. Paulo A. M. Fasanella, do Conselho Gestor do Parque da Aclimação; Sr. André Luiz Vianna, do Conselho Gestor do Parque Cemucam; Sr. Augusto Luiz de Aragão Pessin, Conselho Gestor do Parque Augusta; Sr. José Henrique Viégas Lemos, Conselho Gestor do Parque do Rio Bixiga; representante do Conselho Gestor do Parque Severo Gomes; Sr. Paulo Renato Mesquita Pellegrino, do Instituto de Estudos Avançados da

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21768 DATA: 06/05/2026 FL: 2 DE 54

USP; e o representante do Fórum Verde Permanente.

Há algum representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente – CADES?

(Pausa) Não.

Vamos dar início à nossa audiência pública. Para organizarmos os trabalhos, vou propor o seguinte: para que todos os representantes de parques se manifestem, eu pediria brevidade na comunicação. Darei um tempo um pouco maior para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e para o Sr. Paulo Pellegrino. Vamos pactuar uma fala de cinco minutos para os conselheiros de parques, depois três minutos para os inscritos.

Início passando a palavra à representante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, que é a proponente da proposta dos polos gastronômicos nos parques.

A SRA. MARIA MADALENA VASCONCELOS – Boa noite a todos. Sou a Madalena Vasconcelos e estarei representando nesta Mesa a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Iremos apresentar um vídeo institucional da Secretaria com o objetivo de esclarecer alguns pontos importantes relacionados ao tema em pauta.

Também estarei à disposição para acolher contribuições, dúvidas e questionamentos para, posteriormente, encaminhá-las à Secretaria e a vocês. Então, vamos ter aqui uma boa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – O vídeo é com a Tamires, Chefe de Gabinete da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, que, em contato conosco, disse que não poderia estar presente.

A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA – Em relação ao projeto dos pontos de alimentação dos parques, estou aqui hoje para explicar para vocês exatamente o que é o projeto e esclarecer diversos pontos para que não haja mais dúvidas e a gente consiga fazer esse projeto da melhor forma possível.

Os parques municipais, como todo mundo sabe, são espaços de lazer, de convivência e de preservação ambiental. E é justamente para que a gente preserve e melhore ainda mais a experiência das pessoas nesses espaços que nós estamos estruturando esse

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21768 DATA: 06/05/2026 FL: 3 DE 54

projeto na Secretaria.

Uma coisa importantíssima para dizer já desde o início é que não se trata de mercantilização ou privatização de parques. Não estamos falando disso de forma alguma. Na verdade, estamos tratando de gestão de parque, e isso é uma coisa superimportante de todo mundo entender. Os parques são geridos de uma maneira muito complexa, e a gente precisa criar ferramentas para melhorar a gestão desses parques no dia a dia.

Esse projeto vem somar na gestão do parque. O que a gente quer é garantir a melhor experiência para os frequentadores e garantir também a manutenção dos parques municipais. E esse projeto é bastante antigo na Secretaria. A gente está falando de mais ou menos dez anos em que a gente constrói essa ideia aqui dentro. Porém, nos últimos três anos - acho que todo mundo deve ter acompanhado -, trabalhamos em um projeto chamado Viva o Verde SP, muito interessante, focado em gestão de parque, em parceria com ONU Habit, e foi um projeto muito interessante.

Um dos produtos que nós trabalhamos foram justamente os modelos de financiamento para os parques públicos da nossa cidade. E uma das coisas que nós apontamos e levantamos como possibilidade de gestão desses parques e como possibilidade de financiamento deles foram justamente os termos de permissão de uso, que é o modelo do instrumento jurídico que nós estamos adotando nesse projeto.

Estamos prevendo duas possibilidades de contrapartida. A primeira, que é a que mais nos interessa, são as contrapartidas em que o próprio permissionário pode levar um benefício direto ao parque. Os parques são muito utilizados, são milhões de visitas por ano. Eventualmente, quebra um bebedouro, a gente precisa consertar uma telha, um banco quebrado, alguma coisa que a gente precise atender de uma maneira muito rápida e que às vezes a gente não consegue pelo volume, pela demanda ou até pelo prazo, pelo tempo todo que demora uma licitação. Então, a gente pode fazer com que o permissionário, ele mesmo, diretamente, coloque isso.

Nossa ideia é muito prática: o permissionário precisa pagar um valor estabelecido

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21768 DATA: 06/05/2026 FL: 4 DE 54

mensalmente, e a nossa ideia é que a gente leve esses valores para os conselhos gestores, que deliberariam conosco para onde iria aquele recurso naquele mês ou semestre. Vamos supor que a gente tenha uma lista de 10 prioridades no parque. Para onde a gente vai mandar esse recurso? Vamos consertar um bebedouro que quebrou? Então o permissionário vai e conserta aquele bebedouro, e assim vai. Nós estamos buscando uma forma também de destravar, melhorar e dar mais agilidade para a manutenção dos parques no dia a dia. E isso vai ser muito importante.

A outra opção é: caso não tenhamos nada ali muito rapidamente para resolver no parque, que isso vá direto para um fundo em conta específica para o parque. Então, no momento em que tiver algo para fazer no parque e aquele dinheiro for suficiente, vamos ter o dinheiro já resguardado e garantido para que façamos a melhoria necessária no parque ali naquele momento.

É importantíssimo ressaltar que todos os permissionários vão ter que, obrigatoriamente, seguir todo o regulamento de uso do parque, todas as regras impostas pela própria Secretaria, as normas sanitárias, todas as restrições, as diretrizes de resíduos sólidos, da fauna silvestre. Afinal, queremos um serviço melhor para o cidadão. E o que nós estamos buscando é que essas áreas fiquem cada vez melhores, cada vez mais adequadas e preservadas, pois este é o nosso grande objetivo.

Vale ressaltar que o nosso grande objetivo também é valorizar e incentivar as pequenas e médias empresas. Então, nós estamos falando em dar prioridade para aquele pequeno, para aquela pessoa que está ali, já no local do parque, que já tem toda uma relação com a vizinhança e que poderá participar com prioridade dessa licitação. Inclusive, essa é uma iniciativa, um projeto da Prefeitura de São Paulo que já tem êxito em vários equipamentos culturais. V.Sas. devem ter acompanhado. Na Biblioteca Mário de Andrade, por exemplo, nós temos um projeto muito interessante, um projeto de mulheres negras podendo ter o seu negócio dentro de um equipamento cultural e valorizando a própria comida, sua própria cultura e sua própria história. Então, vale conhecer isso.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21768 DATA: 06/05/2026 FL: 5 DE 54

Nós também temos um caso muito legal no equipamento cultural na Penha. Então, vale a pena conhecer esses projetos, para V.Sas. verem que, de fato, não estamos tratando de forma alguma de mercantilizar ou de privatizar o parque. Estamos falando de concessão, única e exclusivamente a fim de melhorar os parques ainda mais. E todo esse processo está seguindo o rito burocrático processual que deve ser seguido. No primeiro momento, nós estruturamos o que seria esse projeto baseado nos equipamentos culturais, os adaptamos para os parques e os colocamos em consulta pública para que todo mundo pudesse ali colocar suas contribuições.

Houve 22 contribuições sugeridas por apenas sete pessoas. Mas tudo bem. Estamos pegando todas essas contribuições, vendo cada uma delas; isso será publicado, cada um dos esclarecimentos, e nós agradecemos muito a quem foi lá, contribuiu e levou suas críticas. Isso é extremamente importante.

Houve também uma audiência pública, na qual as pessoas também puderam se manifestar, algumas pelo *chat*, outras pediram a palavra, e nós estamos considerando tudo que está sendo dito. A partir do momento que nós recebemos as contribuições, vemos o que cabe; o que funciona, absorvemos, o que não cabe, justificamos. Nós também estamos fazendo todo o aprimoramento interno deste projeto, afinal, disponibilizamos uma minuta e todo esse processo vai seguir.

Inclusive, V.Sa. que é conselheiro de parque: cada um dos conselhos dos parques que forem receber esse projeto terá uma reunião própria no seu conselho, com essa pauta, para poder discutir, entender, esclarecer e desmistificar, para que tenhamos o melhor projeto possível para cada um dos parques. E também há uma preocupação que as pessoas estão nos trazendo em relação aos parques que estão tombados. Qualquer intervenção em equipamento tombado, preservado pelo patrimônio histórico, precisa de aprovação, e elas serão feitas. Inclusive, acho importante destacarmos que o Parque da Aclimação, por exemplo, que bastante gente está questionando e tem sido ponto de muita discussão, está aprovado no Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, Conpresp, e no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21768** DATA: **06/05/2026** FL: **6** DE 54

Condephaat, desde 2015.

E algo que também é importante desmistificarmos nesse projeto: a bocha não vai sair. Nós compatibilizamos, desde 2015, o uso da bocha e também o da lanchonete ao lado. E estamos fazendo este projeto que não é uma novidade nem no Brasil, nem no mundo. Podemos citar vários exemplos no mundo que usaram os termos de permissão de uso, que usaram esse modelo para auxiliar na gestão dos parques, como eu falei lá no início. No Brasil, podemos citar o Parque Lage no Rio de Janeiro, o Jardim Botânico em Curitiba, o Mangal das Garças, em Belém. Fora do país, temos o Central Park, o High Line, em Santiago temos o Parque Bicentenário e o Parque Metropolitano; em Paris, há o Jardin des Plantes; em Copenhague, temos o Ørstedsparken. Isso já é uma prática nos parques no mundo inteiro. Então, gente, o objetivo da Secretaria é muito simples: é mais melhoria, mais cuidado, mais acolhimento para os frequentadores. E este é o compromisso da Prefeitura de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Esta audiência pública está repercutindo amplamente. Bom, queria chamar, embora não faça parte da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, a nobre Vereadora Marina Bragante, para fazer parte da Mesa também. É uma companheira sempre junto com a Vereadora Renata das nossas discussões sobre meio ambiente, parques, espaços públicos, direito à cidade e mudança climática. É nossa frente aqui sempre presente.

V.Exa. quer complementar algo ou deixar para as questões posteriores?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Então, está perfeito. Vou passar, então, inicialmente, para as nobres Vereadoras Renata Falzoni e Marina Bragante – não sei se querem fazer uma fala inicial. Então, vamos lá, cinco minutos, nobre Vereadora Renata Falzoni.

A SRA. RENATA FALZONI – Boa noite a todos e todas. Quero agradecer a V.Exas. por estarem presentes em uma mesa tão significativa, no sentido de haver representantes de unidades de conservação e de parques da cidade de São Paulo. Eu só quero deixar bem claro que não sou contra haver alimentação em parques, mas... É fundamental nós termos um

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21768 DATA: 06/05/2026 FL: 7 DE 54

conforto, uma infraestrutura para o uso público nos parques, que devem, sim, ser lugares acolhedores, vivos e acessíveis. Agora, o que causa indignação é uma ausência de reconhecimento, especialmente pela Prefeitura, da vocação específica de cada parque.

O que acontece é que, além da condução do processo bastante atabalhoada, que pula etapas, ignora diferenças territoriais, ambientais e sociais, desconsidera-se completamente a necessidade de tratamento específico para cada realidade. Estamos falando de 30 parques em uma cidade cosmopolita, que tem muita carência de áreas verdes e de espaços públicos de qualidade para convivência e lazer. Estamos falando de poucos parques que oferecem um respiro físico, ambiental e emocional, um oásis de tranquilidade para a nossa população, a população paulistana.

Vou dar alguns exemplos. O Parque Augusta é um exemplo de resiliência e de apropriação popular de um lugar que estava fadado a virar um "paliteiro" de prédios. Foi uma luta maravilhosa, parabenizo, incrível. É um espaço pulsante, democrático, aberto à permanência e ao encontro. Já, por outro lado, no Parque do Ibirapuera, nós estamos acompanhando de perto um processo crescente de mercantilização do espaço público, com lojas, elitização e a lógica da maximização do lucro se sobrepondo à função pública e ambiental do parque. Não estamos discutindo a forma da concessão, mas existe, sim, essa similaridade na forma como se está estudando esse projeto que vem sendo feito.

Então, analisando o Edital que está na consulta pública, percebemos que a lógica aplicada é a mesma: ampla liberdade para a ocupação privada do espaço público, sem diretrizes claras para proteger os ecossistemas, preservar a função socioambiental dos parques e garantir o acesso e a permanência de seus usuários históricos. O que aparece com nitidez no edital, que foi muito bem explicado agora, é a priorização da lógica arrecadatória. Não por acaso, o critério central da licitação, como bem colocado agora, é a maior contrapartida financeira oferecida ao município. Só se pensa em dinheiro.

E quero deixar claro: não sou contra que o município receba recursos, inclusive recursos que possam ser revertidos para a manutenção e qualificação dos próprios parques.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21768 DATA: 06/05/2026 FL: 8 DE 54

Mas isso não pode ser a razão principal da permissão de uso. O interesse econômico não pode se sobrepor à função ambiental, social, paisagística e cultural desses espaços. E o mais grave é que não foram apresentados estudos técnicos prévios capazes de demonstrar a compatibilidade desses polos gastronômicos com a função socioambiental dos parques. Isso esvazia o princípio da prevenção, compromete a própria legalidade do processo e impede qualquer debate qualificado.

E não podemos tratar os 30 parques em diferentes regiões da cidade como se fossem iguais, homogêneos. Por exemplo: um parque que tem como usuários uma população mais vulnerável, ele vai ter um polo gastronômico onde se pratiquem preços altíssimos, visando maximizar os lucros? Ou então, um parque que tenha uma vocação destinada à imersão na natureza e trilhas, uma fauna rica, pode ter um polo gastronômico que emita sons altos, exaustores, geradores a diesel e por aí vai, ou mesmo massa de população? São alguns exemplos que trago para dizer que não tem como seguir com esse processo licitatório, sem ter limitações e diretrizes claras. Não tem como ignorar as diferenças de cada um dos parques e o tratamento que este edital precisa reconhecer. O tratamento do edital precisa reconhecer isso.

A realidade do parque da Aclimação não é a mesma da realidade do parque Vila Guilherme, que, por sua vez, não se compara à Praça Buenos Aires ou mesmo ao Parque Augusta. A realidade socioambiental do Parque Cemucam, por exemplo, é completamente distinta do Parque do Povo. Como homogeneizar tudo isso sem estudos técnicos qualificados sob a ótica da maximização de lucros de receitas?

Não sei se todos vocês viram notícia recente envolvendo o Parque Trianon. Começaram a construir o Bar e Restaurante Vaca Véia. Justo no Parque Trianon, pulmão da cidade, pulmão da Mata Atlântica, em plena Avenida Paulista. O que sobrou daquilo que os povos originais chamavam de Caaguaçu – o “mato alto” –, que está lá no topinho da Avenida Paulista. Um parque criado com essa finalidade essencial de ser um respiro, uma imersão na natureza.

Faltam bares e restaurantes na região da Paulista para comprometer essa área pública? Falta convocação ambiental clara? Precisamos desvirtuar um parque em uma região

REUNIÃO: 21768 DATA: 06/05/2026 FL: 9 DE 54

completamente repleta de restaurantes e outros tipos de serviços? É exatamente isso que está sendo proposto aqui e é por isso que não tenho como ser favorável a esse modelo.

Estou nessa luta e aberta ao diálogo para construir uma alternativa, desde que ela reconheça o uso histórico, não marginalize a população que sempre utilizou essas áreas, por meio de cobrança de preços exorbitantes dos usuários. E que, sobretudo, não impacte a fauna, a flora e a vocação de cada parque.

Parque não é centro comercial. Parque não é local de consumo. Parque não é *shopping*. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Vereadora Marina?

A SRA. MARINA BRAGANTE – Depois.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Está bom. Pessoal, estão encerradas as inscrições. Temos, além das cinco pessoas que vão falar aqui na Mesa, temos mais seis *on-line* e 13 presenciais. Então, é muita gente para falar. Vou realmente pedir. Vou ser um pouquinho rigoroso nos tempos.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Nabil, quantas pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – No total vai dar 25.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Já mobilizamos três vezes mais que a Prefeitura. Foram sete pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Pois é, teve 25.

A SRA. RENATA FALZONI – Tem uma hora que eu vou dar um tchauzinho, porque eu tenho que voltar para casa.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – E esperamos, quer dizer, vamos fazer uma relatoria dessa audiência pública, para que possamos encaminhar também propostas, sugestões, da nossa Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica para a Prefeitura.

Vou pedir aqui, realmente, brevidade para os que forem falar e para evitarem também redundância. Então, temos vários parques, representantes dos conselhos gestores dos parques, e acho que eles vão poder falar pelos parques e depois, claro, todos têm direito de falar. Mas

vamos ser breves, senão vamos sair muito tarde e estamos aqui desde cedo.

Bom, vou passar, em primeiro lugar, antes de passar para o parque, para o professor Paulo Pellegrino, do Instituto de Estudos Avançados da USP, professor sênior da FAU - SP.

O SR. PAULO RENATO MESQUITA PELLEGRINO – Boa noite a todos. Estou aqui para falar sobre projeto de parques. Eu acho que tudo o que nós, como arquitetos que projetamos parques, temos sempre a ideia de que todo problema exige uma solução, e essa solução tem que ser específica, pensada para cada momento.

Então, temos que pensar projetos para cada parque. Um projeto não é um plano. Plano e projeto são coisas diferentes. Um projeto é quando você consegue ver exatamente onde vai parar o resíduo sólido daquele restaurante, daquela lanchonete, daquele lugar que produz alimentos e onde você vai poder reciclar isso, como você vai transformar isso novamente em solo, para realimentar.

Uma cidade que tem centenas de hortas, como São Paulo, pode virar um grande exemplo de economia circular, de sustentabilidade alimentar para a cidade. Você pode continuar pensando cada projeto de parque como um grande modelo de mostrar para a cidade que você não precisa trazer o alimento de tão longe, que você pode usá-lo.

Você pode trazer todo o potencial que está ali na vizinhança, nas áreas próximas, nas franjas do parque, nas áreas produtivas próximas. E como isso tudo pode marcar uma área de produção de alimento e como isso pode ser parte de um ciclo que fecha a sustentabilidade de um parque.

Então, temos que pensar, em relação a cada parque, onde ele está – seja numa área central, numa área de manancial, numa área semirrural –, onde ele vai estar trabalhando para poder criar as condições de sustentabilidade para aquela área.

E temos que pensar que a multifuncionalidade é outro aspecto que temos que pensar muito em cada parque. Como ele vai poder trazer mais uma camada de uso, mais uma camada de produção que valorize as pessoas, os moradores, a comunidade local, e que cria as condições para dar aquele parque uma identidade própria e não gerar uma massificação de soluções que

REUNIÃO: 21768 DATA: 06/05/2026 FL: 11 DE 54

se reproduzam. Porque, se não, começaremos a ter franquias e mais franquias de restaurantes, lanchonetes etc. E vai virar um McDonald's geral.

Então, você tem que ter uma solução que diga que ali você está tendo uma experiência que é própria para aquele lugar, para aquela comunidade, para aquele bairro, e que aquilo tem uma solução que está dentro da capacidade de sustentação daquele ecossistema. Porque, se você estiver numa área que está em fundo de vale, você vai ter que trabalhar com um conjunto de soluções de projeto que permitam que a drenagem daquele lugar, que a vegetação, que os caminhos, que os usos se integrem nesse desenho dessas zonas de produção e alimentação do parque.

Acho que isso é toda uma proposta muito interessante de ser elaborada, mas que merece ser pensada como soluções de projeto para cada lugar. Acho que temos um potencial muito grande de começar a trazer esses parques para o século 21 em São Paulo e fazermos parte dessa economia circular de sustentabilidade, na qual a produção, seja através de agrofloresta, seja de horta, seja de uma série de meios produtivos de alimentos e agrícolas na cidade, para que consigamos trazer isso como parte de uma das funções desse parque.

Acho que isso se tornaria mais uma camada de estabilidade para esse parque. Então, vejo que nós estamos indo no caminho muito interessante de abrir para entender cada situação e ter a solução de projeto específica para aquele lugar. É isso que eu gostaria de discutir com vocês hoje. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Paulo. Vou passar, então, agora para a Débora, do Fórum Verde Permanente. Cinco minutos. Quando der quatro minutos, vou pedir para ir encerrando.

A SRA. DÉBORA IÁCONO – Daria para ficar aqui a noite toda falando, mas sei que bastante gente vai falar e eu queria colocar dois pontos, aliás, um pouquinho mais.

Tenho sentido muita falta da presença dos órgãos de tombamento e do Poder Público – com todo o respeito, Madalena, à sua presença. Obrigada. Que ótimo que você veio. Mas, infelizmente, você não nos traz a palavra do Poder Público como resposta aos nossos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 13

REUNIÃO: 21768 DATA: 06/05/2026 FL: 12 DE 54

questionamentos. Você vai levar para eles. Que bom que você vai levar. Mas tenho certeza de que quem está aqui queria ouvir o Secretário ou queria ouvir a Thamires, ou ouvir as pessoas da Secretaria falando.

Vou colocar dois pontos. Primeiro: esse projeto é mais um projeto de total desatendimento à Lei dos Conselhos-gestores, Lei 15.910, Art. 1º, que trata que os conselhos têm que ser ouvidos para tudo no parque. Alguém aqui de algum parque foi ouvido? Antecipadamente? Porque é fácil: “Oh, gente, está aqui o projeto, está tudo bem, vocês concordam?”

Não é isso que queremos e não é isso que diz a lei. A lei diz que temos que participar. Conselho nenhum participa. Aliás, a sociedade civil não participa. Aliás, de novo, obrigado aos Vereadores por essa oportunidade de estarmos aqui para poder falar.

Outro absurdo: Lei Orgânica do Município. A Prefeitura, a Secretaria de Desestatização, seja qual for, deveria saber isso de cor. A partir do Art. 180 em diante, dispõe sobre o meio ambiente. A Prefeitura tem que cuidar, tem que zelar, tem que aumentar as áreas verdes, tem que... Mas esses “tem que”, que estão escritos aqui, mesmo com essa lei vigendo, mesmo com essa lei valendo, foram jogados no lixo.

Tudo está sendo feito ao arrepio das leis, ao arrepio da sociedade civil. É lamentável quantas pessoas que estão aqui voltaram de viagem, que passaram o dia trabalhando ou que ainda vão trabalhar, tendo que estar aqui discutindo de novo um absurdo vindo do Poder Público.

Fui conselheira de parque por muitos anos. Eu nunca tinha ouvido falar desse projeto. São 15 anos, desde 2005. Desde 2015, está sendo discutido. Nunca ouvi. Se alguém ouviu, me desculpe, eu gostaria de ouvir, então.

É isso, gente. Eu teria muita coisa para falar, mas encerro aqui. Srs. Vereadores, muito obrigada. Que essa luta continue. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Débora. Agora vou chamar o Paulo Fasanella, do Parque da Aclimação.

O SR. PAULO A. M. FASANELLA – Pessoal, boa noite.

Vou ler um texto, já que não tenho a mesma desenvoltura para falar do Nabil. Eu fiz um pequeno texto, vou ser bem breve.

Meu nome é Paulo Fasanella. Sou conselheiro do Parque da Aclimação e convivo diariamente com esse espaço, conhecendo de perto sua realidade e seus desafios e a sua importância para a cidade. O parque da aclimação é uma das principais áreas verdes de São Paulo, com cerca de 120 mil metros quadrados.

Localizado próximo ao centro, é fundamental para a qualidade de vida da população. Trata-se de um espaço histórico concebido por Carlos Botelho no século passado, onde funcionou o primeiro zoológico da cidade. Adquirido pela Prefeitura em 1937, o parque foi tombado pelo CONDEPHAAT em 1986. É, de fato, o pulmão do bairro. Inclusive, recebe o nome Aclimação em função dele.

No entanto, a realidade atual está longe do ideal. O parque enfrenta problemas estruturais graves: entradas de resíduos no lago e assoreamento grave, vazamento no entorno do bosque que contribui para constantes quedas de árvores, cancha de bocha em ruínas, bebedouros quebrados, banheiros sem a manutenção adequada, além da pista e alamedas com fissuras e desníveis.

Soma-se a isso o lago japonês abandonado e o prédio da administração, com sérios problemas de infiltrações e goteiras. A manutenção, de forma geral, é precária e insuficiente. Os pedidos dos conselhos não têm sido devidamente atendidos. Esses problemas exigem ações urgentes.

Diante desse cenário, causa surpresa e preocupação a proposta de instalação de um polo gastronômico, não apenas no Aclimação, mas em 31 outros parques. Em vez de priorizar a recuperação e a conservação desses espaços, essa iniciativa induz a uma pressão sobre áreas já fragilizadas.

Nas reuniões do conselho, realizadas em 22 de fevereiro, 29 de março e 12 de abril, o tema foi amplamente debatido por conselheiros e pela população presente. Em todas as ocasiões, houve unanimidade contrária à proposta. Além disso, no dia 26 de abril, uma

REUNIÃO: 21768 DATA: 06/05/2026 FL: 14 DE 54

manifestação reuniu 600 pessoas no parque, que realizaram um abraço simbólico no lago, para expressar o seu descontentamento.

Há questões fundamentais que permanecem sem resposta: como será tratado o esgoto gerado por esses estabelecimentos? Como será feita a gestão do lixo? Haverá uso de gás? Como ocorrerão as entregas, com os caminhões circulando pelas alamedas? E como será controlado o descarte de alimentos, considerando que o parque abriga animais silvestres e não silvestres, que podem ser diretamente impactados? Por que os frequentadores e os conselhos não foram consultados? Porque não incentivar o comércio no entorno do parque, valorizando o comerciante local?

Quem frequenta o parque busca natureza, tranquilidade e bem-estar, busca ouvir o canto das aves, não conviver com odores e resíduos dinâmicos, de tipos de áreas comerciais intensivas. Além disso, os locais indicados para as instalações são inadequados. O parque precisa de árvores, cuidado e preservação, não de novos empreendimentos.

Sou totalmente contrário a essa proposta. Parque público deve priorizar a preservação ambiental, o lazer gratuito e o bem-estar coletivo, e não a exploração comercial intensiva. Antes de pensar em novos usos, é fundamental garantir o básico: infraestrutura adequada, manutenção contínua e respeito à função ambiental desses espaços.

Peço que o Poder Público reveja essa proposta e concentre esforços na recuperação dos parques, ouvindo a população e os conselhos gestores. Precisamos cuidar do que já temos, antes de expandir iniciativas que podem agravar muito esses problemas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Paulo. Vou agora chamar – aliás, pedir para – o André Vianna, do Cemucam, para que possa fazer o seu posicionamento.

O SR. ANDRÉ LUIZ VIANNA – Primeiramente, quero agradecer a todos e todes pela presença. É muito legal. Quero agradecer aos Vereadores desta cidade, da maior cidade do Hemisfério Sul, da maior cidade da América Latina, com o terceiro maior orçamento deste país, perdendo apenas para a própria República e para o estado de São Paulo.

E eu, como conselheiro do Cemucam, venho ouvindo repetidamente que a cidade não tem dinheiro. Esse já é um ponto. Vou tentar dividir aqui a minha fala em duas partes. A primeira é que sobre o próprio vídeo que acabou de passar. Ela falou, por exemplo, que tem uma conta específica. Na realidade, vou ter que misturar, porque vou dar um *spoiler* para vocês, então.

Tivemos agora, no domingo passado, há 23 dias, já perdi o tempo. Enfim, nesse domingo, houve a última reunião do conselho de gestão do Cemucam. E, para a nossa surpresa, sem aviso prévio, apareceu alguém da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente lá para falar dos polos, nem pedimos.

Detalhe: na primeira reunião do ano, fizemos uma consulta – estava na nossa pauta – e falamos sobre os polos, se aceitávamos ou não. E, de forma unânime, todos os conselheiros votaram “não”. Um “não” bem grande, por diversos fatores.

Mesmo assim, a nossa queridíssima Secretaria do Verde e do Meio Ambiente foi lá sem nos consultar e falou assim: “Não, vamos falar sobre o polo.” E já tínhamos votado “não”.

Voltando ao vídeo: aí temos uma contradição com a pessoa que foi, não quero pessoalizar, então não vou falar o nome. Não interessa, porque é a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. No próprio vídeo que acabamos de ver, ela falou que tem uma conta específica para os parques. Não está lá. Li a minuta. Também não tem.

O que está lá é uma conta para o fundo municipal, o FEMA, se não me engano. Bem genérico. Fiquei pensando: “E o dinheiro que vai vir para o Cemucam? Onde está? Cadê a conta bancária do Cemucam?” Não vimos. E foi também falado: “Ah, porque as pessoas querem.” Que pessoas? Eu não vi nenhum dado, não me apresentaram.

Como conselheiro, não me apresentaram nenhuma estatística, nenhum questionário falando dos parques, principalmente do Cemucam, obviamente, mas duvido que tenham feito em alguns outros. Apenas falaram: “Temos dados, tem pessoas.” Eu falei: “Está bom, cadê os dados?” A pessoa arregalou os olhos e ficou quieta, porque não tem, simplesmente não tem, pelo menos não apresentaram, está guardado em algum lugar.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21768 DATA: 06/05/2026 FL: 16 DE 54

fls 17

Então, por favor, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e a de Desestabilização, quer dizer, a de Desestatização também. Ato falho, desculpa. Cadê os dados? Apresentem os dados, queremos os dados. Vocês não querem nos convencer de que isso é necessário? Então, deem os argumentos. Trabalho apenas com argumentos. Nós, do conselho, trabalhamos apenas com argumentos.

Outra questão que julgamos muito pertinente diz respeito às pequenas e médias empresas. Que pequena ou média empresa vai pagar por volta de 700 mil reais para alugar um espaço? Qual o pequeno e médio empreendedor que vai fazer isso? Com que dinheiro?

E não vou entrar no mérito, que muito bem já colocaram – a Vereador Renata, por exemplo –, falando das condições dos próprios parques, que cada parque vai ter uma função, um tipo de comércio específico. O Cemucam, para quem não conhece, nem fica em São Paulo, fica em Cotia. Tem um dos maiores, aliás, tem o segundo maior viveiro de árvores que refloresta e refloreia essa cidade.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Um minuto para concluir, por favor.

O SR. ANDRÉ LUIZ VIANNA – E aí, para concluir, sabia que não ia dar tempo, que pena. São poucas coisas, não é, amiga? Enfim, só para dar um detalhe que também foi falado: a contribuição dos munícipes. Eu fui falar que foram sete pessoas que contribuíram. Eu fui uma das pessoas que contribuiu. Era um terror preencher a planilha de contribuição. Como você quer que a pessoa contribua se não tem acesso à contribuição? Você tinha que baixar uma planilha, escrever um *e-mail*, transformar a planilha em não sei o quê, pegar todas as pautas. É impossível. Vocês estão de brincadeira. E aí tiveram sete. Falei assim: “Ah, só teve sete”. Por que será que só teve sete pessoas contribuindo? Será porque era fácil? Será que as pessoas não querem contribuir? Será que as pessoas não ligam para o verde e meio ambiente? Eu duvido. Então, finalizando a minha fala, é isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, André.

A SRA. RENATA FALZONI – Pela ordem, posso dar um adendo? O Cemucam

abriga a primeira pista pública brasileira de *mountain bike*. E agora, recentemente, tornamos essa pista oficial. É um trabalho maravilhoso, completamente voluntário. E duvido que qualquer trabalho de polo gastronômico, seja o que for, pense em fazer o trabalho que vocês fazem lá, que ninguém paga. E não é para pagar mesmo. É uma apropriação desse parque, que é maravilhoso, e convido vocês todos a conhecê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Agora vou passar para o Augusto Pessin, do Parque Augusta, Conselho Gestor do Parque Augusta. Cinco minutos, no máximo.

O SR. AUGUSTO LUIZ DE ARAGÃO PESSIN – Saudações. Máximo respeito, Vereador. Obrigado. Máximo respeito, especialmente às pessoas que estão aqui. Eu gostaria de iniciar lembrando de um amigo meu que diz assim: “São Paulo não é uma cidade. São Paulo é um estado de espírito”. E, de acordo com essa frase, eu diria que o Parque Augusta não fica em São Paulo. O Parque Augusta, para mim, fica talvez antes em Pindorama, fica em Abya Yala, fica num lugar onde a terra não é das pessoas, as pessoas é que são dela. Fica num lugar onde eu sou amigo de árvores, de arbustos, de bichos.

E, com esse estado de espírito, que não é São Paulo, eu agradeço nós estarmos juntos aqui, porque juntos geramos energia, geramos alguma coisa diferente. E, respeitando essa presença e gratidão por esse momento na Casa do Povo, aos Vereadores, eu vou fazer o trabalho, porque, apesar dessa conversa meio *hippie*, nós trabalhamos para valer lá no Parque Augusta e temos descoberto algumas coisas muito importantes.

A primeira delas é que o processo participativo, como foi bem narrado, foi totalmente desrespeitoso, se é que houve. Existe um Conselho de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura da Paz, o CADES, do qual faço parte. Fomos consultados? Não. Existe um Conselho Participativo Municipal da Sé também, que teria competência para isso. Fomos consultados? Estou lá também. Não. Existem os conselhos gestores. Será que eles foram consultados? Não. Segundo eu entendi, nem a Subprefeitura foi consultada. Essa decisão veio de alguma estratosfera onde os pobres mortais às vezes nem tateiam.

Então, esse processo participativo, como o colega do Cemucam disse, vem com um

formulário difícilimo de preencher, e quem conseguiu preencher muito provavelmente falou não.

Mas o conhecimento específico que eu quero trazer do Parque Augusta é que a Prefeitura não tem a menor moral hoje para falar de gestão. O Parque Augusta é fruto de muita luta, de ocupação, de décadas de dedicação das pessoas, e hoje ele ainda é alvo de muita luta. Há uma ação civil pública aberta, e nessa ação civil pública nós estamos reivindicando que a Prefeitura cobre as empreiteiras que fizeram o parque, por decisão judicial, para fazerem a reforma, porque fizeram uma obra cheia de vícios.

Então, a iniciativa privada faz a reforma por uma decisão judicial, entrega um parque cheio de vícios ocultos, goteiras, infiltrações, mau caimento de águas, bebedouros quebrados, uma lista enorme, e a Prefeitura não consegue cobrá-los, não consegue entrar com um pedido judicial simples de garantia de obra, e quer agora mais iniciativa privada para consertar um problema que ela não consegue.

Segundo indício de que essa é uma ideia terrível em tipo de gestão: a fraude nos HIS, as Habitações de Interesse Social, que hoje, com 100 mil pessoas em situação de rua, estão abrigando *Airbnb*. E o que o Prefeito fala? Que ele não tem como fiscalizar. Então, não tem como fiscalizar o processo do Parque Augusta, não tem como fiscalizar os HIS, e vai querer mais iniciativa privada para dentro de parque para não fiscalizar.

Então, enquanto instrumento de gestão, é um instrumento de indigestão, talvez da Secretaria de desestabilização.

E, para terminar, gostaria também, com esse espírito de ciência administrativa, de estudo dos processos e do histórico, destacar que este vídeo, por sinal, no meu ver, um pouco desrespeitoso, porque, afinal de contas, estamos aqui presentes e vemos uma coisa digital, sem diálogo, confunde um instrumento, que é o TPU, com uma proposta de política. O TPU é um instrumento que uma banca de jornal vai assinar para acessar um lugar. O TPU é um instrumento, é um contrato de executar alguma política. O problema não é o TPU, o problema é qual é a política e como estão sendo selecionados esses locais.

Então, acredito que essa é a minha colaboração hoje. O processo participativo não

ocorreu, desrespeitaram os órgãos constituídos para isso e a consulta pública. Enquanto aprimoramento de gestão, é uma coisa extremamente perigosa, pois a Prefeitura não tem conseguido fiscalizar nenhuma parceria com a iniciativa privada. E, por fim, essa coisa formal do TPU é uma ofensa à nossa pesquisa e inteligência, confunde categorias e traz confusão para o debate.

Muito obrigado, Nabil e pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Augusto. Agora vou passar para o José Henrique Lemos, do Bixiga, do Parque do Rio Bixiga.

O SR. JOSÉ HENRIQUE VIÉGAS LEMOS – Boa noite a todos e todas. Meu nome é José Henrique, sou conselheiro eleito pela fração dos frequentadores do Parque do Rio Bixiga. Nós viemos prestar solidariedade e nos somar aos parques já constituídos nessa luta.

Porque nós, fazendo uma leitura — e vou aqui puxando a memória e citar o Parque do Ibirapuera —, tínhamos um Viveiro Manequinho que, desde 1954... Eu fiz estágio no viveiro na década de 1980, durante a minha graduação. Esse viveiro, que era um exemplo, era maior do que a área que será o Parque do Rio Bixiga.

O viveiro tinha 15 mil metros quadrados. O Parque do Rio Bixiga, tirando aqueles mil metros que foram cedidos para ser uma área para uma futura linha do metrô, sem que os conselheiros fossem consultados, tem 11 mil metros quadrados, um pouco mais.

O Viveiro Manequinho foi desativado em 2017 e sua desativação foi concluída em 2024 por essa administração, tanto ideológica quanto física, porque o atual Prefeito, acho que ele era vice, e um ano depois ou dois anos depois o parque foi entregue para a iniciativa privada, para a Urbia, com a promessa de que seria reativado, e está lá abandonado, largado.

Então, não tem como confiar na administração que desativa um serviço instituído desde 1954. Desativou porque provavelmente era melhor para a entidade privada que estava assumindo aquele negócio.

Então, não tem como confiar na administração. O Parque do Rio Bixiga tem uma TICP desde 2023 que garantiria que os moradores daquela região e o Bixiga pudessem usufruir

da construção desse parque. Essa TICP está engavetada, não está indo para frente. Então, nós nos somamos à luta dos parques e estamos aqui para garantir que o que está acontecendo com vocês não aconteça e que, daqui a dois anos, não venha acontecer com o Parque do Rio Bixiga. É isso.

Obrigado à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Zé Henrique.

A Comissão também recebeu aqui uma contribuição que eu vou poupá-los de ler, porque são umas dez páginas, mas que é muito consistente, com subsídios para a audiência pública e as concorrências da SGM 2025, permissão de uso a título oneroso de 40 áreas permanentes, cinco anos, e seis áreas permanentes, dez anos, nos parques da cidade, que é o edital que está colocado. Feito pelo Pedro Henrique Lopes Campos, da Fundação Getúlio Vargas. É uma contribuição muito importante.

Tem vários pontos analisando o edital, os problemas, as questões levantadas, e uma série de sugestões no final, encaminhamentos para que possamos dar sequência. Tem três encaminhamentos: o primeiro é a suspensão do andamento dos editais dos polos gastronômicos para sua revisão antes de nova republicação; o segundo é a instalação de uma comissão especial de instrumentos de regulação de concessões e equipamentos públicos municipais; e o terceiro é a instituição, no âmbito municipal, de instância permanente de monitoramento das concessões e equipamentos públicos. Tem também a proposta de criação do observatório municipal das concessões e equipamentos públicos.

É uma contribuição importante e ela diz respeito não apenas a essa questão dos polos, mas a todas as questões de concessão, que eu acho absolutamente fundamental que revejamos, assunto que está permanentemente em debate nesta comissão.

Vou pedir também o texto que a Renata leu, que é bastante importante, para que possamos reunir todas as contribuições, de modo que possamos, pela comissão, elaborar e enviar uma sugestão coletiva desta audiência pública e desta comissão para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, para que possamos dar andamento a isso.

Eu queria, antes de abrir para os inscritos, fazer uma breve consideração. Em primeiro lugar, reforçar o que já foi falado, que é a importância dos conselhos gestores dos parques para a discussão desse assunto. Esse assunto, polos gastronômicos, quer dizer, pontos de alimentação, como a Tamires falou na apresentação dela — ela me disse que ia mudar o nome —, provavelmente vai mudar esse nome de polos para pontos de alimentação.

Mas, de qualquer maneira, eu queria dizer que esse assunto devia começar do conselho gestor, a partir de um debate sobre se aquele parque deve ou não ter um ponto de alimentação, porque também são parques muito diferentes. Tem parques em São Paulo com enorme extensão, onde talvez coubesse ter um ponto de alimentação, e tem parques pequenos, como esses que estão aqui, inclusive Parque do Bixiga, Parque Augusta, Aclimação, que têm no entorno restaurantes, bares etc. Então, são situações muito diferentes. Cada parque tem que ter a sua gestão, a sua proposta, e não uma proposta genérica que, de certa forma, acaba nivelando de maneira totalmente equivocada.

Depois eu queria chamar atenção para alguns aspectos importantes. Em primeiro lugar, temos que manter o caráter de cada parque. Isso é fundamental. O parque não pode se transformar em um espaço onde o comércio vai acontecendo de diferentes maneiras. Acho que isso já ficou claro. Temos que entender isso muito mais como um eventual serviço, se for necessário, do que como uma área de rentabilidade. Esse é um conceito básico para essa intervenção.

Terceira questão: tem que discutir os impactos. Impactos ambientais, impactos na flora, na fauna, impactos positivos e negativos, porque pode atrair também roedores, insetos, dependendo da existência de resíduos. Então, há uma série de questões que têm que ser consideradas do ponto de vista de impacto. Impacto de ruído, vários tipos de impacto que podem acontecer têm que ser considerados ao se pensar um projeto desse tipo.

Quarta questão, fundamental, é garantir os processos participativos. Ficou tão evidente, como a Marina falou agora há pouco, e vários falaram, sete, oito pessoas falaram, e nesta audiência pública vão mais de 20 pessoas falar. Então, percebemos claramente que há

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21768 DATA: 06/05/2026 FL: 22 DE 54

fls 23

uma forte falha do processo participativo. A Prefeitura, que tem muito mais recursos do que uma mera comissão da Câmara, não consegue fazer um processo participativo com a mesma amplitude que fizemos aqui.

Essa audiência pública foi aprovada, acho que na penúltima reunião da nossa comissão, ou seja, faz aproximadamente dez, doze dias. Acho que isso envolve vários aspectos, inclusive publicidade. E, obviamente, entramos em contato com os conselhos gestores de parque. Fico muito orgulhoso de ter sido um dos coautores do projeto dos conselhos gestores de parque, com o saudoso ex-Vereador Carlos Neder, porque é uma iniciativa extremamente importante e que dá vida para o parque. Uma gestão participativa dos parques é absolutamente fundamental.

Assim como nós temos um outro instrumento, que também é projeto de lei meu, que ainda não foi implementado pela Prefeitura, que são os comitês de praças, outra coisa importante. Isso faz parte desse ecossistema de participação, e é fundamental que nós possamos ter continuidade.

Então, eu vou abrir a inscrição, mas quero sugerir para quem for falar, preferencialmente três minutos, para que possamos encerrar com todos aqui, porque o pessoal começa a sair, e para que, preferencialmente, apresentem propostas para que possamos encaminhar para a Secretaria do Verde, dentro de uma perspectiva mais geral que vamos propor, que é uma revisão completa dessa proposta, considerando todos esses aspectos que estão sendo tratados aqui e que eventualmente ainda venham a surgir.

Marina, você quer falar agora? Quer deixar para o final? Não? Então, a Marina fica para depois das falas.

A SRA. RENATA FALZONI – Pela ordem, Presidente, nós elencamos aqui uma série de propostas, mas, no final, eu as coloco para que nós, ouvindo já, porque a equipe está fervilhando de propostas.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Então, vamos lá. O primeiro inscrito é João Paulo Saboia, do MTST.

O SR. JOÃO PAULO SABOIA – Boa noite. Boa noite a todos e todas. À Mesa, agradecer aos Vereadores e Vereadoras que proporcionaram esse espaço, que é fundamental.

Nós somos moradores de São Paulo e estamos vendo, sentindo e percebendo — e não é de agora, faz tempo — essa sanha pela privatização, essa sanha por vender a coisa pública ao privado.

E, semana passada, se não me engano, Marina, nós estivemos aqui a favor da criação do parque Bosque dos Salesianos, e nós somos a favor do parque, da natureza, da população, do meio ambiente, da vida.

E nós viemos aqui de novo porque esse projeto vai contra os propósitos dos parques, como bem falaram vários aqui da Mesa, inclusive agradeço as falas muito bacanas, importantes e poderosas de todos.

Essa elitização, essa gourmetização, vai afetar não só especificamente os ecossistemas de cada parque, os territórios, as matas, os espaços públicos, mas também o entorno dos parques vai ser impactado, influenciado – espero que não – por essa ideia.

E isso vai causar o quê? Um aumento da especulação imobiliária nos entornos, favorecendo quem? De novo, os amigos, as grandes empreiteiras, as grandes construtoras, que estão sempre ganhando em detrimento da população. Há um monte de gente que visita os parques, que frequenta os parques e que não é ouvida, assim como os conselhos gestores, que teriam que ouvir a população.

Num sabadão, num domingo, não tem consulta, não tem troca, não tem pesquisa, não tem conversa, não tem estímulo à opinião, a sugestões *etc.* Então, acho que isso é fundamental. E isso é uma pauta maior, fundamental, caríssima para a gente do MTST. É fundamental que não se deixe passar uma coisa sem discussão, passando a régua como se cada parque, cada território, cada situação fosse igualzinha. E não é.

Então, de novo, a gente está aqui para tentar ajudar. Podemos trocar ideia, podemos colaborar de outras formas, mas não aceitando, de jeito nenhum, um polo gastronômico generalizado.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, João.

Há 13 inscrições presenciais e 6 inscrições *on-line*. Vou alternar: a cada duas presenciais, eu vou chamar uma *on-line*.

Antes de chamar a próxima inscrita, gostaria de informá-los de uma iniciativa do Deputado Estadual Maurici, em parceria comigo, contra a privatização dos parques estaduais. O Governador Tarcísio de Freitas quer transformar parques públicos em áreas de negócio. Espaços públicos de lazer, convivência e preservação não podem virar áreas de exploração comercial. Depois eu vou deixar isso aqui; quem puder, escaneie e assine o abaixo-assinado. São seis parques estaduais que estão agora em processo de privatização.

Tem a palavra, de forma presencial, a Sra. Rosana Kisil, do Parque do Parque da Aclimação.

A SRA. ROSANA KISIL – Boa noite a todos.

Eu quero falar sobre de pontos que eu acho fundamentais e muito sutis. Vou falar de governança e de inteligência territorial. Mas vou falar de governança sem tocar na questão dos conselhos gestores, porque acho que isso seria chover no molhado. Concordo na íntegra e nem vou entrar na questão das instituições. Acho que há uma coisa subliminar muito pior: a destruição da nossa confiança na gestão da nossa cidade.

Temos leis e regras para serem seguidas. Artigo 6º da Portaria 56/2006, que regulamenta o Parque da Aclimação: “No interior do parque é proibida a prática de qualquer comércio” Artigo 1º: “O parque serve à finalidade única de preservação do patrimônio histórico, flora e fauna e é um parque de contemplação”.

O Ramos de Azevedo, aquele gênio da arquitetura, fez da Aclimação um monumento urbano. Ele bolou a Praça Gal. Polidoro, topografia com o mirante em cima e o lago embaixo. Deu nome de planeta para as ruas que chegam e nome de pedra preciosa para outras ruas. Como podemos confiar em instituições como o Condephaat e o Conpresp, que tombaram essas áreas e agora vêm...?

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 26

REUNIÃO: 21768 DATA: 06/05/2026 FL: 25 DE 54

Isso mina a confiança do cidadão. Dá vontade de fazer algo fora da lei, porque, você pensa: “Se eles não respeitam, eu também não preciso respeitar”. Vou tomar banho pelada no lago ao meio-dia.

Bom, essa é a questão da governança, à qual acho que a gente precisa prestar atenção.

E, sobre inteligência territorial, eu vou falar da água. Se formos agora ao Parque da Aclimação, terá um monte de gente correndo em volta do lago querendo tomar água, mas, se abrirem as torneiras, verão que estão todas fechadas, porque está faltando água. Que água as pessoas vão usar para os pontos de venda, para os restaurantes? Não tem água. No nosso bairro aqui, na região da Sé, a Sabesp fecha às oito da noite. Como é que a gente vai pôr mais estruturas que usam água?

Outra questão, que alguém já tocou aqui de raspão, é a economia do entorno. Tem todo um sistema de geração de renda para a população que vende coco, água e outras coisas fora do parque, porque essas pessoas sabem que é proibido comércio dentro do parque.

Outro ponto é a inteligência territorial de arrecadação. Com tanta construtora construindo nos entornos dos nossos parques – que estão sendo gentrificados –, por que não cobrar uma parcela a mais das construtoras para fazer aporte de renda? Por que não fazer um acordo com os comerciantes do entorno, já que eles estão em um lugar diferenciado? Talvez haja uma maneira de contribuírem, em parceria, para aquela área verde que está chamando gente para almoçar ao lado do parque. Todo mundo quer ter um comércio ao lado do parque.

Era isso que eu tinha para falar. Estou feliz.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Rosana.

Tem a palavra, de forma *on-line*, a Sra. Talita Iara Coelho de Melo. (Pausa) Não está presente. Tem a palavra, de forma *on-line*, a Sra. Cláudia Santana Martins, do Fórum Verde Permanente de Parques, Praças e Áreas Verdes.

A SRA. CLÁUDIA SANTANA MARTINS – Boa noite. Sou a Cláudia Santana Martins,

do Fórum Verde Permanente de Parques, Praças e Áreas Verdes. Fui conselheira do Parque da Aclimação durante dois mandatos e continuo acompanhando as reuniões do conselho como frequentadora.

Nós, do Fórum Verde, gostaríamos de saudar a iniciativa desta audiência pública. Nós e os conselheiros de parques ficamos sabendo desse projeto de polos gastronômicos pela imprensa e pelas redes sociais. Infelizmente, os conselhos gestores de parques não foram consultados, e isso é um grave erro, porque os conselhos foram criados como instâncias de participação social.

Esse é um projeto que deveria ter começado a ser construído pela base, pelos conselhos, pelos frequentadores, pela sociedade civil. Uma iniciativa de tal impacto não pode avançar sem amplo debate público. Decisões dessa magnitude não devem ser tomadas de forma centralizada, especialmente quando podem contrariar regulamentos construídos de modo participativo, como esse que a Rosana citou.

Uma segunda preocupação é a ausência de estudos de impacto ambiental nos diversos parques. Também não houve demonstração de necessidade pública que não pudesse ser atendida por outros meios que não degradem o meio ambiente, como, por exemplo, quiosques para alimentação e restaurantes no entorno dos parques.

Além disso, o projeto adota um modelo homogêneo para parques com características ambientais, históricas, sociais e urbanísticas distintas, desconsiderando planos de manejo, tombamentos, capacidade de suporte e normas próprias aprovadas por conselhos gestores.

Vou citar apenas mais algumas das nossas várias preocupações com esse projeto: qual é o plano de contingência para o descarte de óleo de cozinha? Haverá separação rigorosa de lixo orgânico para evitar a proliferação de ratos, pombos, baratas e outras pragas que desequilibram a fauna nativa? Como será feita a fiscalização diária da higiene, dado que a estrutura da Prefeitura para fiscalização de parques já é extremamente reduzida?

Sobre a declaração da Tamires, no vídeo institucional, de que o projeto do lote B do Parque da Aclimação foi aprovado pelo Conpresp em 2015, preciso dizer que o projeto aprovado

era totalmente diferente do atual, pois incluía a reforma da cancha de bocha.

Lendo o projeto dos polos gastronômicos e conhecendo a realidade do parque do qual fui conselheira e que frequento, percebo que esse projeto apresenta muitas falhas. Os locais dos dois polos gastronômicos do lote A, que seriam implantados no Parque da Aclimação, aparecem indicados em locais diferentes em dois documentos do projeto. Por exemplo, no memorial descritivo, o local indicado para um dos quiosques seria perto da concha acústica, um local que, aliás, costuma alagar quando há períodos de chuva. Já no arquivo DWG de implantação, o local indicado é o Recanto do Saci, um parquinho infantil, onde seria pior ainda a implantação porque interferiria no espaço das crianças, além de ficar no centro de uma colônia de gatos.

Relato isso para ressaltar que não foram feitos estudos sérios para demarcação dos locais de implantação dos polos gastronômicos.

Diante de todos esses questionamentos, o Fórum Verde solicita a interrupção do processo e a abertura de um diálogo real com a sociedade civil.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado, Cláudia.

Tem a palavra, de forma presencial, o Sr. o Hiram Borges, taxista.

O SR. HIRAM BORGES – Boa noite ao Exmo. Sr. Vereador Presidente Nabil Bonduki, à Vereadora Renata Falzoni, à Vereadora Marina Bragante, aos demais componentes da Mesa e a todos os presentes nesta audiência.

Quero resumir o máximo possível o que tenho para falar, para não me estender. A Vereadora Renata é uma lutadora e sempre esteve presente em todas as lutas desse tipo de reivindicação. Do Vereador Nabil Bonduki nem se fala, porque ele é arquiteto e esteve também na Rua Itacolomi, esquina com a Rua Piauí, fazendo uma luta contra esse oligopólio e esses oligarcas da arquitetura urbana de São Paulo.

Isto é absolutamente inviável na cidade de São Paulo: monopolizar, colocar restaurante dentro de parque, onde a essência do ser humano deveria estar presente, e não o

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21768 DATA: 06/05/2026 FL: 28 DE 54

fls 29

interesse capitalista desses caras que usurpam de nós tudo aquilo que podem.

Como é que podemos admitir isso? Cadê a disposição daquelas lutas de antigamente? Precisamos sair à rua, protestar na frente do gabinete do Prefeito.

Agora, a manutenção que tanto vocês reivindicam dentro dos parques está a cargo de uma empresa que levou seis bilhões de dólares do país, a tal da Uber, e vocês pagaram do próprio bolso. Cadê os dez centavos que ela deveria pagar pelo uso do nosso viário, que deveriam ser transferidos para manutenção dos parques, educação, melhoria das condições das pessoas? Nem pagar eles pagam. Onde nós estamos vivendo?

Para concluir, soubemos de imóveis de luxo em São Paulo e Brasília valendo milhões. A incorporadora Benx tem cinco projetos, e um deles vendeu um apartamento por 30 milhões de reais.

Fiz uma reivindicação para que revertissem a destruição a minha casa, mas até agora não fizeram nada. Eu não sou nenhum “tupiniquim”. Tenho consciência, sou cidadão, pago meus impostos e voto. Eles não podem vir aqui explorar o nosso país e levar todo o dinheiro e a nossa força. Fazem da força a fraqueza dos pobres de consciência.”

Não temos medo de lutar. Somos vítimas de um sistema que nos explorou até hoje. As liberdades democráticas causaram o quê? Deficiência na cabeça. Estamos dominados pela inteligência artificial; a população inteira está inebriada por uma tecnologia, por meio do celular, que transforma o cidadão em um verdadeiro “tupiniquim”.

Ninguém mais nos respeita. E esta audiência está servindo para quê? Para a gente reivindicar direitos. E isso está sendo constituído por vocês, Vereadores Nabil Bonduki, Renata Falzoni, Marina Bragante e todos os outros.

Nietzsche já dizia que o super-homem deseja o dragão – mas não apenas o dragão: “o superdragão”, que calcina todas as matas virgens. Portanto, sejam o verdadeiro super-homem de Nietzsche.

O homem é capaz de transformar uma ponte, e o grande elo entre o homem e o além-do-homem é a consciência.

A arquitetura está aqui presente, e pedimos que façam disso a voz.

Muito obrigado a vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Hiram.

Tem a palavra, de forma presencial, o Sr. Gilcan, do Mariana em Movimento.

O SR. GILCAN – Obrigado pelo espaço. Parabéns pela iniciativa.

Acho que a Prefeitura precisa de uma renomeação. A gente já teve altas falas muito positivas aqui. A gente pode mudar para “Prefeitura S.A.”, “Secretaria Arrecadatória das Verdinhas”, porque um projeto que visa instalar restaurantes – como foi dito – e que pede um investimento inicial de 700 mil reais não condiz com a fala que ouvimos aqui no vídeo, de que seria para o pequeno comerciante, para ajudar. A gente sabe que não é isso. A empresa quer ter lucro, e o máximo de lucro possível. E ela vai cobrar caro.

Vão ser “espaços gourmetizados”, caríssimos. A gente já tem exemplo disso no Parque Ibirapuera. Está uma coisa impossível. Todo mundo reclama dos altos preços dos serviços dessas empresas lá, além de *shows* privados, que afetam a fauna do local e tudo mais.

Então, acho que a proposta é acabar com esse projeto e começar do zero. Não temos pressa nenhuma. Não existe a mínima urgência para um projeto desses.

E, se a Prefeitura – como alguém da Mesa falou – tem problema para fiscalizar e consertar, vai continuar tendo o mesmo problema para fiscalizar essas empresas, com todos os problemas elencados aqui: lixo, resíduos sólidos, animais, como ratos, e insetos, como baratas, que podem aparecer por causa dos alimentos. Todos esses problemas não serão fiscalizados. Vai se criar mais problema do que solução. Não é solução alguma.

Esse tipo de projeto, que vem de cima para baixo e não consulta a população, tem que ser completamente expurgado. A gente precisa mudar isso.

Temos um “desprefeito”, que está loteando a cidade de São Paulo. Não falta dinheiro nos cofres públicos. Vou dar um exemplo: na audiência sobre o túnel Sena Madureira, também de iniciativa da Vereadora Renata Falzoni, a Prefeitura não compareceu. Havia uma proposta muito interessante, a semafórica, que gastaria cerca de 1 milhão de reais, contra 622 milhões.

REUNIÃO: 21768 DATA: 06/05/2026 FL: 30 DE 54

Ou seja, a Prefeitura tem 622 milhões para investir em um túnel inútil, para eliminar um semáforo e continuar produzindo mais trânsito.

Por que não pegam esse dinheiro e reformam os parques? A gente não precisa da coisa pública sendo usada para uma pequena elite ganhar dinheiro. Parque é parque, parque não é *shopping*. A gente precisa rever todos esses conceitos.

Era isso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Sr. Gilcan.

Tem a palavra, de forma presencial, o Sr. Roberto Casseb.

O SR. ROBERTO CASSEB – Boa noite, Vereadores Nabil, Renata e Marina. Parabéns pela iniciativa. Nós já nos conhecemos das manifestações, mas estamos aqui hoje por um motivo – o mesmo motivo de todos daqui: a defesa da natureza. É isso que nos move.

Esse projeto da Prefeitura foi feito por amadores ou por pessoas de muita má-fé. Não faz nenhum sentido esse projeto. Não tem cabimento isso.

A minha posição é que os parques não podem ter nenhuma área que não corresponda ao verde. Não dá para ter restaurante, não dá para ter quiosque.

Se vocês forem ao Parque da Independência, no entorno, tem vendedor de coco, pipoqueiro, gente vendendo água. Não há necessidade de pessoas vendendo coisas lá dentro. Não faz sentido isso.

Então, nós temos que fazer uma luta. Primeiro porque nós temos uma experiência participativa muito ativa do tombamento do Parque da Aclimação. A luta começou em 1983 por uma cessão de 2.500 metros quadrados da área do parque para o Colégio Anglo Latino, que era ao lado. Nós nos mobilizamos, fizemos um ato público, uma manifestação dentro do parque com umas 500 pessoas. Até então, tinha sido a maior manifestação da região desde que eu me conheço, e vou fazer 70 anos. Na semana retrasada, fizemos uma manifestação com 600 pessoas. Isso mobilizou a imprensa, que tem falado dessa luta do parque.

Minha posição é a seguinte, Nabil: esse projeto tem que ser anulado, zerado. Não dá para discutir um projeto que não tem cabimento, não tem lógica e foi feito por pessoas amadoras

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21768 DATA: 06/05/2026 FL: 31 DE 54

ou de má-fé. E a gente tem que trabalhar, porque eles não ouviram. Eu participei de uma audiência pública – não é, Paulo? Nós participamos de uma audiência pública virtual, todo mundo falando contra os polos gastronômicos; e os meninos lá - são rapazes – falando: “Não, nós vamos manter, vamos manter”, como se a gente não estivesse ali, em uma total falta de respeito à nossa história, ao nosso trabalho, uma falta de respeito ao cidadão.

Então, o que eles estão fazendo, além de ser desrespeitoso ao cidadão, é uma atitude autoritária. Parece que nós estamos vivendo uma ditadura, porque eles querem impor um projeto que a população não quer, porque a gente tem um bom senso de que verde é para ser cuidado. Nós estamos passando por um problema, que a crise climática; e vamos perder espaço do verde? E de todas essas consequências - todo mundo aqui falou dos problemas de poluição -, nós estamos cansados de saber. Isso vai causar muitos problemas.

Então, sugiro, proponho aos representantes dos parques que estão presentes que a gente se una para fazer uma grande manifestação na Paulista, no Anhangabaú, sei lá onde, para poder mostrar para as pessoas, mostrar para essa Prefeitura, mostrar para os cidadãos que ainda não entenderam que restaurante dentro de parque não combina. A imprensa vai aparecer - porque quando tem manifestação eles aparecem - para mostrar que a gente defende o verde. Obrigado. (Palmas)

A SRA. MARINA BRAGANTE – É dia 17 no Parque Augusta? (Pausa) A que horas?

(Pausa) Desculpe Nabil.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Próxima inscrita, Nathalia Santana, covereadora da Bancada Feminista.

A SRA. NATHALIA SANTANA – Olá gente, boa noite. Queria, na pessoa do Vereador Nabil, saudar toda a Mesa e também parabenizar as falas maravilhosas dos movimentos presentes.

Trago também um pouco da nossa preocupação em relação a esse projeto sobre a implantação dos polos gastronômicos. Essa proposta prevê a concessão de 46 permissões de uso, sendo 40 delas temporárias e 6 permanentes em 31 parques para exploração comercial de

alimentos e bebidas por meio de edital.

E não aleatoriamente, não curiosamente, os parques que foram escolhidos para receber essa concessão são parques de grande circulação, que têm muitos frequentadores. Isso mostra, mais uma vez, para além dos outros argumentos que já foram trazidos, que o objetivo dessa proposta é de fato o lucro dessas empresas que vão conseguir concorrer aos editais. A gente viu o que aconteceu no Carnaval: foi montado um edital que somente conseguiria ser atendido por uma empresa gigantesca, do tamanho da Ambev. Isso vai acontecer novamente. Não serão microempreendedores, pequenos empreendedores que vão conseguir pagar por esses valores. E o que é que garante, nesse edital, que não vai vir uma Oakberry ou alguma dessas franquias de comida saudável, que estão super na moda, que vendem bastante? O que garante que não vão ser essas empresas que vão conquistar vários desses editais e vão monopolizar o tipo de oferta de alimentação que é disponibilizada para as para as pessoas nos parques?

Eu queria muito também entender, por parte da Secretaria, esse malabarismo narrativo de dizer que conceder a gestão de parques não é privatização. No meu vocabulário isso é privatização e é também uma forma de gentrificar os espaços, de impedir que as pessoas consigam acessá-los de maneira livre, conseguindo fazer uso social desses espaços.

Exemplos foram apresentados de TPUs em parques importantes que têm representantes hoje nesta audiência. Não sei se alguém aqui já foi ao Parque Lage ou ao Mangal das Garças. Nesses parques há restaurantes caríssimos, que não são acessíveis para pessoas de baixa renda. As famílias que acessam os parques como forma de lazer não conseguem se alimentar de fato nesses espaços.

Reforço também que uma iniciativa como essa, que teria tamanho impacto nos parques, não consulta os conselhos gestores, não consulta a comunidade, não considera também o que essa comunidade gostaria de ter ofertado de alimentação nesses espaços. Porque às vezes o que a gente quer não é que haja uma Oakberry, mas um caminhãozinho de milho dentro do parque, que tem um impacto baixíssimo e vai proporcionar renda para as pessoas que

moram no entorno do parque.

Então, é importante que essa proposta considere a vocação do parque como espaço para a contemplação da natureza e prática de bem-viver das pessoas que buscam momentos de lazer e de relaxamento e de vida em comunidade e que não estão buscando bens de consumo nos parques. É isso. Muito obrigada, e parabéns pela iniciativa. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Nathalia. Próxima inscrita, Regina Lima, do Movimento pelo Parque Água Branca.

A SRA. REGINA LIMA – Boa noite, pessoal. Obrigada. Vou tentar ser bem breve na minha fala. Acho que tem uma questão principal, quando a gente está falando de parques públicos, tanto municipais quanto estaduais. O da Água Branca é estadual, mas a lógica é exatamente a mesma. Acabei de vir de lá, acabei de entrar na Fazenda Churrascada, onde eu só havia entrado quando estava em obra. Não queriam me deixar entrar, entrei porque eu estava no conselho e falei: “Vou entrar”. Aí, ouvi: “A senhora não pode entrar em espaço particular”. Agora, quando se entra à direita, há uma lojinha onde eles estão vendendo uma série de itens de churrasco, “carésimos”. À esquerda há uma arara de roupas com logotipo da Fazenda Churrascada, caso você queira uma camiseta para sua neta; tem jaquetinha, tem corta-vento. Bom, desculpem, esse não é o meu foco.

Vamos lá. Parque é um bem público, ambiental e cultural do povo. Esse é o princípio básico. Se permitirmos que esses que estão no momento ocupando uma cadeira de gestores públicos, eleitos pela população, pratiquem desvios de finalidade de bem público, um atrás do outro, eles estarão a amontoando desvios de finalidade de bem público. Isso está na nossa Constituição. Eles não podem fazer isso.

Quero inclusive fazer uma pergunta. Nós temos um inquérito enorme no Ministério Público sobre o Parque da Água Branca, assim como eu sei que muitos outros parques também têm lá suas dezenas de queixas e inquéritos no Ministério Público. Onde está o Ministério Público do Estado de São Paulo? O que está acontecendo? Eu gostaria muito de saber e acho que todo mundo aqui também gostaria.

Outra coisa: os contratos. Conheço muito bem o do Parque da Água Branca. Os contratos são absolutamente permissivos, cheios de buracos e brechas. Então, o que as concessionárias e os permissionários nos dizem? “O contrato permite”, “O contrato me deixa fazer”. Como a ARSESP fiscaliza esse contrato? A Secretaria vai fiscalizar como esse contrato? Bom, nem condições de fiscalizar ela tem. Se tivesse, o contrato permitiria.

Outra coisa: é a mesma lógica, o mesmo *modus operandi* de grandes grupos de empresas de eventos e de entretenimento e de gastronomia querendo ocupar todos os espaços públicos de São Paulo. Muita atenção para isso. É quase um cartel de concessão de parque público, é um cartel de empresas de eventos que estão onde? No Estádio do Pacaembu, fazendo *shows*; que estão dentro dos parques, fazendo churrascaria; Casa Cor de novo dentro do Parque da Água Branca.

Para concluir, se um Prefeito não tem condições de ser um gestor para administrar e fazer a manutenção de um bebedouro em parque público municipal, ele não tem condições de ser Prefeito. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Próximo inscrito, Felipe Gini, do Parque Augusta. Depois, Cibele Alvares Gardin, do Parque da Aclimação.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Nabil, posso falar depois da Cibele?

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Pode.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Peço que todos sejam mais breves. Não vamos repetir. O importante é trazer propostas novas para que possamos incluí-las na nossa síntese.

O SR. FELIPE GINI – Bom dia. Meu nome é Felipe. Obrigado a todos os presentes. Primeiro, eu tenho uma dúvida. Foi afirmado que o projeto está aprovado no Conpresp e no Condephaat. Pergunto formalmente, para registro em ata, qual é o número e a data dessas resoluções. Se não existe em publicação, o que foi chamado de aprovação é no máximo um parecer técnico interno, e o edital deve ser suspenso.

Segundo: foi citada a Biblioteca Mário de Andrade como caso exitoso. A biblioteca tem um fluxo controlado e um período em que é fechada. Parque é uma estrutura aberta, com criança, idoso, fauna silvestre. O critério de seleção do edital é o maior lance, o que favorece o capital, não a comunidade.

Terceiro: 22 contribuições de 7 pessoas não é processo participativo. E nós, aqui, que somos todos de processo participativo, de conselhos gestores, sabemos que isso não representa nada democraticamente falando.

Em 2005, esta cidade tinha 34 parques; em 2025, 121, porque a gente participou da maioria deles. Os políticos, a cada 4 anos, passam. Nós, quando nos juntamos, criamos força e um panteão capaz de fazer o que foi feito de 2005 a 2025. Eles vão dizer que é só um quiosque, vão dizer que é Termo de Permissão de Uso, eles vão dizer que o dinheiro vai voltar para o parque; mas a gente já viu o que aconteceu com o Ibirapuera e com o Villa-Lobos.

Eu peço então, formalmente: a suspensão imediata do edital; a consulta efetiva aos conselhos gestores; o EIA, que é o estudo do impacto ambiental, urbanístico e patrimonial, que não existe; a apresentação pública das resoluções do Conpresp e do Condephaat. Porque a Prefeitura que está aqui me parece amadora. Ela confunde termos, diz que tem aprovação do Conpresp e Condephaat, mas não mostra a resolução. No lugar do debate, manda um vídeo e apresenta 7 contribuintes como participação social.

Na verdade, parece-nos amadorismo quando vemos o dinheiro que vai deixar de entrar no bolso dos parques, porque o edital não direciona o que é arrecadado nem para o Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA nem para o Fundo Municipal que seria do verde, mas do caixa geral da Prefeitura.

Por mais que pareça que essa gestão está fazendo algo pela cidade, no final ela está fazendo algo para agradar o bolso de quem vai pagar pelo maior lance. Esta cidade já decidiu, ao longo de duas décadas, que quer parque, que não quer prédios, que também não quer *shopping*. Cabe então a esta Câmara honrar essa decisão antes que seja tarde demais. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Próxima inscrita, Cibeles. (Pausa)

Vai passar para o Daniel. Tem a palavra, Daniel.

O SR. DANIEL TARANTA – Obrigado, Cibeles. Bom, antes de falar do meu ponto central, quero destacar o conteúdo do vídeo institucional de propaganda. Primeiramente, a questão não é a respeito de arrecadação. Não dá para a gente acreditar que uma cidade do tamanho de São Paulo vai depender financeiramente de 42 pontos de alimentação para custear os parques.

Não é sobre arrecadação. A cidade não tem dinheiro para consertar o bebedouro, como a Tamires disse. Então, não é ponto de venda de alimentos que vai salvar financeiramente o parque. Eu já fui do Conselho Gestor, sei o quanto custa manutenção de parque. Então, não é sobre isso.

Quando o professor Paulo colocava suas preocupações em um tempo curtíssimo – e só consegui fazer breves pontuações -, ele não citou algo muito importante que eu tenho certeza que ele conhece, que ele considera, mas que não teve tempo de citar. Acho que a arquitetura tem que começar a dar prioridade ao que representa, que são as pessoas. Não é sobre arrecadação, é sobre de repente beneficiar algumas empresas que talvez até já estejam preparadas para o lançamento desse edital - como a covereadora disse -; é sobre gentrificação, exclusivamente sobre gentrificação.

Ao colocar um ponto de venda num parque, você cria algo que é chamado de constrangimento de classe. Quem vai àquele parque não pode frequentar seu espaço se se sente constrangido de estar lá. Se uma família vai ao parque com suas crianças, e estas fizeram amizade ali na hora, no parquinho; e se as outras crianças vão tomar um sorvete ou comer alguma coisa e família que está com duas crianças pequenas não pode pagar o sorvete, não volta a levar os filhos àquele parque.

Isso é chamado constrangimento de classe, isso é higienização. Não é sobre arrecadação, é sobre criar uma vitrine para propaganda política e talvez até agradar algumas empresas para financiamento político. Isso é bastante comum, a gente sabe que não é de hoje

que acontece.

Em 2013, 2014, houve o fenômeno dos “rolezinhos nos *shoppings*”, todo mundo deve lembrar. Pessoas de periferia resolviam ir para shoppings que não costumavam frequentar, e só a presença delas causava espanto, medo, intervenção brutal da polícia, porque elas não pertenciam àqueles espaços. O espaço que deveria ser de acesso público não era o espaço delas. Por que, normalmente, elas não frequentam aquele lugar? Porque não é um lugar acessível para elas.

Mesmo pequenos comércios tornam os parques inacessíveis para uma parcela enorme da população. Fotos de Copenhague, de Paris, de Nova Iorque mostram nitidamente que a população média paulistana não tem acesso a esses espaços. Então, não é sobre arrecadação - não vamos cair nessa armadilha -; é sobre gentrificação. É um plano muito maior e esse tem que ser o alvo.

Peço até ao Dr. Paulo para, em suas próximas manifestações, trazer essa problemática, porque eu sei que urbanismo se ocupa muito disso, e esse tem que começar a ser o primeiro foco. Era isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Antes de passar para a Vereadora Marina, que pediu para falar agora, quero novamente esclarecer o seguinte. Recebi uma mensagem da Tamires, com quem me encontrei na segunda-feira, durante o anúncio do concurso do Parque do Bixiga. Ela me falou que gostaria muito de vir hoje, mas não poderia, pois está em férias, fora de São Paulo. Eu pedi a ela que mudasse a data, mas, obviamente, não tinha como mudar, pois a data de hoje já estava divulgada. Então, já que ela não poderia vir, mas queria muito, sugeri que gravasse um vídeo para apresentarmos. Então, esclareço: não é que ela tenha se recusado a vir. Ela iria vir, mas não veio por conta de estar fora de São Paulo, por isso fez o vídeo, que eu acho que foi esclarecedor, embora, obviamente, o diálogo fosse importante.

Já estou dando uma conclusão desta audiência pública. Como muitos falaram, claro que esse processo tem que recomeçar, está certo. E, ao recomeçar, a gente vai fazer outra audiência pública, quando a Tamires poderá vir para falarmos diretamente tudo isso para ela e

tentarmos construir conjuntamente uma coisa diferente.

Tem a palavra, Marina.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Obrigada. Boa noite, gente. Construímos um texto hoje à tarde, porque a gente queria garantir falar um pouco do que a gente vem pensando sobre a cidade. Aí, no meio da audiência, fui me animando, pensei: “Não vou escrever e vou falar sozinha, mas eu vou me ater ao texto; senão, vou demorar”. Quero garantir que a gente não se estenda demais.

Começo sempre dizendo que fico muito feliz de participar de audiência pública, e audiência pública que tem gente. E hoje tem gente diferente, o que é ótimo. Porque audiência pública não pode ser um rito de passagem dos projetos de lei ou do que acontece na cidade; ela precisa ser um espaço de escuta. A cidade que eu quero é a cidade que escuta quem mora nela. Acho que este trio da Frente Parlamentar – que nos autointitulamos “panelinha”, porque no começo da legislatura saiu assim no jornal - tem este compromisso: de escutar, de abrir espaço e de pensar o que a gente faz com isso.

E como a gente se aproxima do Executivo? Porque não somos da base do Executivo, mas a gente não quer e não vai desistir do diálogo, porque ele é muito relevante para uma cidade tão grande, tão complexa e tão diversa como São Paulo. Então, agradeço muito que vocês dois estão nesta mesma legislatura. Acho que isso faz o nosso trabalho muito melhor e muito mais potente para a cidade.

O que a gente está discutindo aqui é para além dos parques; é também sobre os parques, mas é que cidade que a gente quer. É uma cidade que tenha parques, como a gente falou hoje, mas é também uma cidade que tenha múltiplos espaços, que tenha espaços de entretenimento ativo, que tenha espaços como shows, atrações, apresentações culturais.

A gente quer espaços gastronômicos, como feiras, festivais de comida de rua, festivais com comidas temáticas, não necessariamente dentro do parque. E a gente quer também espaços de contemplação, de relaxamento, de desaceleração.

A minha impressão, que me parece bastante compartilhada com a de vocês, é que a

gente está uniformizando as áreas públicas da cidade. Todo espacinho público precisa ser aproveitado ao máximo e aproveitado com várias aspas aqui, porque acho que a gente entende o aproveitamento de formas diferentes.

A gente quer fazer mega shows, vamos fazer festivais, vamos permitir a instalação de polos gastronômicos, tudo tem que ser muito grande, muito cheio para muita gente ao mesmo tempo; Times Square, vamos virar Nova Iorque.

Embora haja esse caso específico dos polos gastronômicos, a gente não está falando de concessão, e aqui tem uma discussão que acho que cabe e a gente já falou sobre isso hoje à noite, compartilha da mesma lógica que moveu, por exemplo, a concessão do Anhangabaú. A gente vai conceder para aproveitar, ao máximo, esse espaço; de novo: com show, apresentação, evento, ganhar recurso, trazer recurso.

A gente está falando numa época em que a cidade tem o maior orçamento da sua história. E eu concordo com o Daniel que não é o recurso que está movimentando esse projeto, porque ele não vai suprir uma necessidade que a gente tem como cidade.

A impressão é de que os nossos espaços públicos estão perdendo as suas características singulares e a relação com o entorno, que é o que faz a cidade tão bonita, que é o que faz a gente querer ficar na cidade, escolher que bairro você quer morar, quando você pode escolher, porque tem muita gente que não pode; e, mesmo assim cria raízes com o território em que está, vai construindo uma característica daquilo: “Ah, aqui a gente faz assim”, “ah, o bairro da Mooca, eu não sei como”, sei lá, Cidade Tiradentes tem um jeito, Parelheiros tem outro jeito.

A gente tem um espaço na cidade que vai se modificando a partir de quem mora nesse território e a gente está vivendo uma lógica de aproveitamento máximo sob o pretexto de democratização desses espaços. Mas a verdade é que, com ela, a gente acaba subjugando, colocando em segundo, terceiro plano, aqueles usos que, de acordo com uma parcela da opinião pública, geram menor aproveitamento.

A mudança de chave que a gente precisa fazer, enquanto sociedade, é definir o que é o melhor aproveitamento dos espaços públicos. A lógica de um uso intensivo, além de olhar

curtíssimo, prazo, olha sob uma perspectiva insustentável de gerar uma grande quantidade de resíduos, poluição sonora, vibração excessiva em comodidade, que a gente já falou aqui.

Eles são importantes, é claro, mas eles precisam ampliar esse olhar e entender que ter espaços de cumprimento exclusivo ou prioritário, de função socioambiental e de lazer de baixo impacto é ter espaço precioso de contemplação, de pesquisa, de relaxamento, de construção de comunidade, cujos impactos positivos são sentidos não apenas a curto, mas a longo prazo, individual e coletivamente.

Investir nesses espaços, e aqui eu estou falando inclusive do orçamento público, é investir complementarmente em políticas públicas de saúde física e mental da população, porque os parques também são espaços de saúde e a gente não olha para eles com esse retorno para a cidade quando a gente olha para eles como espaço de ganhar dinheiro, e não de gerar comunidade e de ganhar saúde.

O que me chama mais atenção é que grande parte da população que frequenta os parques não está pedindo alimentação. Isso é uma loucura, porque quando você fala com as pessoas que estão no parque, eles não querem comida, eles querem bebedouro, por exemplo, que não está contemplado em quase nenhum dos parques da cidade.

Quando a gente fala sobre essa construção de escuta, necessariamente a gente está falando de participação social. E o que a Tamires traz como participação social, da forma com que a Prefeitura tem aberto espaço para as pessoas se manifestarem, não está contemplando a cidade.

A gente sabe que as pessoas vão, falam, e a Prefeitura não leva em consideração, não altera os projetos a partir do que a população está se manifestando. E a gente pode falar aqui sobre a Sena Madureira, a gente pode falar sobre os parques, a gente pode falar sobre uma série de espaços da cidade que estão sofrendo transformação, que é a população do entorno e a do não entorno está falando: “Esse projeto não contempla o que a gente precisa para a cidade”. Mesmo assim, eles seguem com propaganda na *Folha* falando que 92% da população aprova.

Então, existe um espaço muito relevante para a gente repensar a cidade que a gente

quer, para poder ampliar o número de pessoas que participa das audiências públicas, sentar junto com a Tamires, que eu acho que a Tamires está aberta para discutir. A gente vai ter que sentar com ela mostrando todas as sugestões de hoje à noite, para poder repensar e fazer com que a população volte a acreditar na Prefeitura.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Desculpe, gente, eu estou tentando ser um pouco rigoroso no tempo. Estou traumatizado porque fui participar de uma audiência pública em Santos, de verticalização, que começou às 7h e eu saí de lá às 11h15. Isso foi anteontem. Essa não vai chegar a 11h15, mas vai passar de 9h30, que deveria ser o nosso limite.

Só esclarecendo que a Tamires está em Brasília para atividades do Programa Cidades Verdes Resilientes, do Ministério do Meio Ambiente. Está, então está justificada a ausência dela.

Tem a palavra a Sra. Cibeles.

A SRA. CIBELES ALVARES GARDIN – Boa noite. Eu queria falar com as crianças que estão aqui, que exaustas de terem ficado na escola. Enfim, tudo isso é para vocês, crianças, que frequentam também o Parque da Aclimação, porque eu sei que a Lalá estuda na mesma escola que o meu filho. É por vocês.

Eu tive a oportunidade de presenciar um artista japonês da técnica do *shodo*, que basicamente aquela técnica do pincel que você tem que fazer uma expressão que representa alguma coisa. E ele falou uma coisa que eu nunca me esqueci, ele falou o seguinte: “A gente parou de se reconhecer, quando a gente começou a escrever pelo celular”.

Eu, quando era criança, eu lia a letra dos meus amigos e entendia a letra: “Ah, essa aqui é a letra do meu amigo”, porque a gente tinha um tempo de entender que era preciso ler a letra do outro.

Então, eu vou falar sobre o meu parquintal, o nosso parquintal, que é o Parque da Aclimação. Eu sou arquiteta, trabalhei muitos anos em escritórios de arquitetura e também eu

sou formada na prancheta. Quando eu fui procurar emprego, eu era obrigada a trabalhar com AutoCAD, então tive que correr para fazer isso. E, quando eu fui trabalhar num grande escritório de arquitetura e falava assim: “Vamos pensar sobre isso?”, eles me falavam assim “não, mas nós não estamos aqui para pensar, mas para fazer. Corre, corre, porque temos que entregar”. É o tal do *copy & paste*, sabe? Vamos copiar e vamos colar, vamos copiar, vamos colar.

Nos anos 80, antes desse excesso de informatização, nós conseguíamos entender que haviam prédios diferentes, porque eles não precisam repetir a biblioteca do caixilho, a biblioteca do tipo de, sei lá, revestimento. E hoje, quando olhamos para a cidade, está tudo igual, está tudo igual.

O Parque da Aclimação não é igual ao Parque Augusta; o Parque da Aclimação não é igual ao Parque da Água Branca. Como você diz e eu quero reforçar isso, nós temos vocação. O Parque da Aclimação tem uma biblioteca que valoriza o meio ambiente, a referência dela é meio ambiente.

Temos riachos que passam pelo lago do Parque da Aclimação, fazendo com que olhemos para aquele lago como um lago natural. Nós temos uma cancha de bocha, e aí que eu vou entrar na minha pesquisa, porque eu estudo envelhecimento e é a bocha nova que eu defendo, porque a bocha não é mais aquela bocha dos anos 80, que só homens que jogavam; hoje ela é de todo mundo, porque jogar bocha é um trabalho que vai trazer amizade.

Nós estamos num processo de envelhecimento temos que escolher, como diz a Ana Cláudia Quintana Arantes, que é uma paliativista que mora na Aclimação: “Quem não sabe fazer amigos, vai ter que saber fazer amigos, porque para envelhecer a gente tem que ter amigos”. E o Parque da Aclimação é um lugar para fazermos amigos, é um lugar para levar as crianças para observar aves e para jogar bocha com todas as idades, nós temos que manter aquela cancha.

E outra, não vem com essa de falar que a cancha vai ser anexa do restaurante, porque não queremos cancha para ser anexa de restaurante, parquinho de restaurante, mas para valorizar uma memória de um território que é material e também imaterial, porque é um lugar de troca, é um lugar de palavra.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Cibeles. Eu queria perguntar se a Sra. Jamilys dos Santos Avelar está *on-line*; Sr. Jorge Aquino e Sra. Ana Gomes. Não estão *on-line*? Bom, então vou chamar a Sra. Célia Marcondes para que possa falar. Ela não está, não tinha se inscrito, mas ela tinha se inscrito para outra coisa, se enganou, então vamos passar a palavra para a Sra. Célia Marcondes.

A SRA. CÉLIA MARCONDES – Boa noite. Não, eu havia me inscrito, sim. Quem não entendeu foi esse mocinho de olhos verdes. Mas é o seguinte: eu estou super cansada que cheguei nesta manhã do exterior, 12 horas de voo, mas para falar de parque, para mim, não tem tempo, não tem horário, não tem lugar.

Eu sou a Célia Marcondes, que lutou durante 20 anos pelo Parque Augusta. Comecei com abaixo-assinado e chegamos ao Parque Augusta, depois de tanto tempo, tanta gente, tanta luta.

Depois, iniciei uma luta pelo Parque do Bixiga; e seis meses antes do Celso falecer, eu estive em uma reunião com a Promotoria, junto com pessoas que até estão nesta reunião. Naquela reunião, eu pedia verba para compra do Parque do Bixiga e o Promotor disse: “Vamos arrumar”, e essa senhora representante da Secretaria, a Sra. Tamires, lamentavelmente, disse: “De jeito nenhum. Isso nem é parque. Imagina que 10 mil metros vai ser um parque. Não, isso nem praça dá”.

Está gravado aqui e eu quero que essa senhora veja, repito em todos os lugares, ela não deixou que tivéssemos o parque antes que eu pudesse ter dado esse presente para o Celso.

Lamento profundamente, mas quando ele faleceu, eu disse: “a luta agora é nossa, continuamos”. E agora temos o Parque do Bixiga, e teremos outros. Já conseguimos o da Vila Ema e vamos conseguir vários outros.

Agora, no tocante à gestão, meus amigos, a Secretaria do Verde não gosta de verde. A Secretaria do Verde, lamentavelmente, não quer saber de verde, ela quer saber de locar espaços dentro dos parques, de negociar os parques. Isso, nós falamos direto, é uma pena que

não estejam aqui. Mas é isso, não é mais Secretaria do Verde e do Meio ambiente, é Secretaria de Negócios, e eu lamento profundamente isso e espero que tenha um fim, porque a destinação de parques é outra coisa, não isso

Não precisa de restaurantes, bares e tudo o que eles colocam lá dentro. Olha o Parque do Ibirapuera, que absurdo. Nós já fomos ao Ministério Público contra, já existe uma ação civil pública contra; e, ao invés de resolver o problema, eles abrem outra frentona aqui para o resto dos parques. É um estupro geral, e acho que nós temos que tomar medidas judiciais também, porque não é possível, isso é um desvio de finalidade da Secretaria do Verde.

Então, convido a todos. Nós já temos uma ação no Ministério Público, já existe um grupo contra esse projeto, que para mim é praça de alimentação nos parques. Somos absolutamente contra e vamos lutar até o fim. Parque é parque, parque não é shopping, parque não é praça de alimentação.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Célia. Olha, gente, estamos acabando.

Tem a palavra o Sr. Fabrício Carrara, do Parque Severo Gomes.

O SR. FABRÍCIO CARRARA – Boa noite. Eu sou Fabrício Carrara, faço parte do Conselho do Parque Severo Gomes há três gestões e nós temos também uma Associação de Amigos do Parque Severo Gomes.

Nessas condições, praticamente nós concordamos com tudo o que já foi dito, em todos os sentidos. Mas uma coisa que choca é que esse projeto foi praticamente imposto, nós não fomos consultados, seja como Conselho, seja como frequentador do parque; não fomos consultados. Aliás, é muito comum as iniciativas do Conselho e do entorno não terem absolutamente nenhuma repercussão nos órgãos que nos deveriam representar, que são principalmente a Subprefeitura e a Secretaria do Verde.

Foi falado várias vezes aqui, circunstancialmente, do bebedouro. Nós não temos banheiro no parque; ou melhor, temos dois longe. Então, a pessoa de idade, uma criança, não

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 46

REUNIÃO: 21768 DATA: 06/05/2026 FL: 45 DE 54

vai até o banheiro.

Nós temos problemas seríssimos de coisas pequenas, que não serão resolvidas com esse sistema, onde nós, frequentadores e membros do Conselho e dessa Associação, entramos com dinheiro próprio para consertar torneiras, bebedouros, calhas da casa da administração do parque, porque estamos totalmente abandonados.

Concordo plenamente com as pessoas que falaram que não é problema de dinheiro para a Prefeitura. Provavelmente, é dinheiro para as eventuais concessionárias, não para a Prefeitura. Eu acho que não precisaríamos de nada disso, a não ser que houvesse um pouco mais de olhar com cuidado para os parques, porque tudo o que foi falado aqui realmente a respeito dos parques é isso mesmo: é contemplação, é presença física, é criança.

O nosso parquinho, o nosso *playground*, há mais de um ano e meio, foi desmontado pela Prefeitura, porque não oferecia condições, e as promessas vão para as calendas, não sabemos quando, entre outras, uma série enorme de necessidades que nós precisamos resolver.

Eu gostaria, em nome dessa Associação e do Conselho também, de saber se há a possibilidade de suspender esse processo para que se possa realmente, através de uma participação maior, e não só de umas 50 pessoas, parque a parque, com as suas particularidades, nós podemos conseguir alguma coisa realmente concreta para a nossa população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Fabrício.

Tem a palavra a Sra. Eleni, do Coletivo Jurubatuba Mirim.

A SRA. ELENI ROCHA – Boa noite. Estou um pouco confusa hoje, talvez eu faça uma fala pouco estranha

Por que eu estou confusa? Porque a gente tem um Poder Público que não conhece o uso das palavras, então, estão inventando uma porção de termos para falar a respeito desse absurdo que colocaram no nosso colo e eu não estou entendendo. Como assim? Eu estou pagando imposto e eles não sabem nem usar as palavras? Eu estou confusa.

Para mim, eles têm que deixar muito claro. Eles querem privatizar, eles querem privatizar o parque inteiro, eles querem privatizar tudo, para dar para as empresas privadas ganharem dinheiro. Enquanto isso, nós, como população, temos a obrigação de pagar os impostos e não vamos receber serviço nenhum, porque que serviço um polo gastronômico leva para uma família que vai num parque para ter um lazer gratuito? Não leva serviço nenhum, gente, há um engano aí.

Então, eu não quero ser enganada por essas palavras, eu pago muitos impostos a vida inteira e nunca fiquei inadimplente com impostos, e não vejo essa gestão fazer nada, nem por mim, nem pelas pessoas que eu conheço.

Eu vou ao parque para pintar essa faixa, há uma porção de crianças que querem brincar, querem jogar bola, querem pintar, querem conversar com os amiguinhos. E se houver lá um cheiro de hambúrguer, qualquer comida, e uma mãe não puder pagar, essa mãe vai ter que sair do parque com a criança. A criança vai ser privada do lazer e a mãe também. Primeira coisa era isso.

Segunda coisa: esta cidade riquíssima não tem dinheiro para consertar um bebedouro, para implantar um bebedouro no parque, um banheiro? Gente, eu estou cansada de ir às reuniões de conselhos de parques e todo mundo com as mesmas reclamações. Isso é geral na cidade inteira. Eu ouço vários conselheiros falarem isso: “A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente não providencia nada, não resolve os problemas mais simples de dentro dos parques.” E estão querendo botar um polo gastronômico lá dentro – para ganhar dinheiro, só pode ser.

Para mim, não tem nem conversa. Esse processo tem que ser anulado, cancelado. Parem de fazer a população perder tempo com tamanha brutalidade. É um absurdo o que está acontecendo. E não temos que perder tempo.

Outra coisa: o conselho participativo precisa ser deliberativo; não pode ser consultivo, porque eles não estão nem consultando os conselhos dos parques. Precisa ser participativo. Essa legislação precisa mudar, para que seja participativo e deliberativo.

E outra coisa que eu ia falar: o meio ambiente equilibrado é um direito constitucional.

REUNIÃO: 21768 DATA: 06/05/2026 FL: 47 DE 54

Nós temos direito a ter parques na cidade, muito mais do que essa atual gestão deixou.

E, por último, eu queria dizer o seguinte: o povo é de luta.

No dia 17 de maio, às 14 horas, vamos para as ruas, no Parque Augusta, porque as ruas são nossas e os parques também. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Eleni.

Só esclarecendo: pela lei original, os conselhos gestores tinham caráter deliberativo. Foi algo que aprovamos na Câmara. E a lei foi sancionada pelo Prefeito Fernando Haddad. Em 2017, o Prefeito Doria mandou um projeto de lei para a Câmara suprimindo o caráter deliberativo dos conselhos gestores, que é o que nós temos até agora. E, na verdade, é esse processo que começa lá e vem até aqui. Não é por acaso que foi cancelado esse poder deliberativo dos parques.

Moreirão, três minutos, pelo amor de Deus.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Nossa, já estou até com medo.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – É que você é eloquente.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Boa noite.

Eu sou do Conselho Gestor do Parque Campo de Marte, que está no centro de uma polêmica atualmente.

Antes da minha fala, eu só quero repetir – o Augusto me pediu – que é para não esquecer de chamar vocês para o ato da Augusta, no Parque Augusta, no dia 17, às 14 horas. É importante. E na véspera, dia 16, às 9h, às 14h e às 18h, serão feitas palestras e oficinas de cartaz – preparação para o dia 17. Vocês estão convidados para participar das duas coisas.

Eu gostaria de dizer o seguinte: eu dou muita importância à questão da vocação dos parques. O Parque da Água Branca, apesar de ser estadual, eu me lembro de que, quando meu filho era pequenino, foi lá que ele viu pela primeira vez um monte de animais – jerico, ovelha, cabras. Essas coisas. Já para a minha netinha, o meu filho tem que pegar o carro e ir ao interior. Mas, em compensação, se eu quiser fazer um *test drive* numa concessionária, tem lá dentro. Esse é o problema.

Eu sou do conselho gestor de um parque que tem uma vocação única – porque cada um tem a sua. É o parque onde estão os últimos cinco clubes de futebol de várzea dos mais de cem que havia na Várzea do Tietê. É um parque onde estão os clubes com longa existência – há 70 anos. Embora não todos; de 70 a 50 anos, que é o último que entrou. E a concessionária – que, por sinal, é a mesma empresa, muda só o nome, da SPE do Pacaembu, da Allegra – apresentou ao Prefeito – e eu vi o Prefeito elogiar no YouTube – um projeto inicial com prédio de escritórios. Eu fiquei até achando que eu estava vendo errado.

O cara tem um parque, vai a concessão do parque e bota um prédio de escritório com restaurante e uma lanchonete no térreo. E o responsável pela concessionária falou: “Não, nós vamos fazer um hotel cinco estrelas de alto luxo”. Eu fiquei olhando e disse: “Sei lá, ou eu sou maluco ou sei lá. Sem querer, fumei alguma substância imprópria, em vez de cigarro, porque não é possível”. Agora, objetivamente, ele publicou num jornal da Faria Lima – e é importante não esquecer esse detalhe – que iria fazer uma piscina de ondas lá.

Digamos que seja verdade tudo isso – que eu não acredito –, não é para a população que há 70 anos frequenta o parque, que não é só quem joga futebol, porque as crianças, os avós, etc., também brincam lá, também convivem lá. Uma população que restaurou a mata original, ciliar, que tinha sido destruída quando foi feito o aeroporto militar. Hoje, o que tem lá foi construído por essa população. Então a minha proposta é o seguinte, e não sei se é possível ou não: acabe-se com essa estultice. Não tem sentido isso aí. Parque administrado por empresa não é mais parque, vira *shopping*. A questão é essa. Não tem como ser. E apesar de o Prefeito publicar que nós somos a cidade mais feliz da América Latina, não existe vida social. Não é uma questão só de natureza, é uma questão de vida manter o parque.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Moreirão.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Era isso que eu queria dizer.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Chamo a última inscrita, Eliana Pimenta.

Moreirão, eu acho que a questão do Parque Campo de Marte merece um debate

específico.

Eu vou só lembrar para vocês que o Prefeito entregou o Campo de Marte inteiro, a área enorme, que poderia ser um enorme parque, ao Governo Federal, em troca de pagar a dívida, que o parque era maior que o valor da dívida, duas vezes mais, pelo menos. E aí falou assim: “Não, mas vai ter um parque de 400 mil metros”, que, na verdade, já foi concedido antes de virar parque. É uma história bastante complexa e merece um debate específico. E lembrando que a Urbia está devendo os tubos, devendo mesmo para gente que fez trabalho para ela, com obra parada no Pacaembu, e está pegando um outro parque para fazer a concessão, ou seja, ninguém sabe por quê.

Eliana, você é a última das inscritas.

Obrigado.

A SRA. ELIANA PIMENTA – Tentarei ser breve.

Boa noite. Eu sou conselheira do Parque Ibirapuera, o concessionado, e estou aqui para falar da Urbia mesmo.

Eu tenho uma história de vários parques na minha vida – Horto Florestal; Aclimação; Augusta, antes de ser Augusta, que teve a luta; Parque da Água Branca e Ibirapuera. A minha vida foi sempre próxima aos parques da cidade, que são bem distantes – eu sou meio nômade.

O que eu sou hoje, a mulher que eu sou hoje, é porque eu pude conviver com parques, que eu pude conviver com árvores, que eu pude brincar num parque, fazer amizades. E isso não tem preço. E eu quero que todas as gerações possam fazer isso.

No Parque do Ibirapuera, hoje, temos vários desafios – principalmente a segurança, não é, William? Vimos discutindo isso. William é o meu companheiro de conselho. Inclusive um ofício que você compartilhou, da Renata, desta semana, em que questionamos a questão de a GCM não ter mais sede lá dentro. Disseram “porque era obrigação da Urbia”. E já ouvimos várias vezes isso, Renata. É triste ouvir isso. É triste porque hoje nós enfrentamos violência, assédio de mulheres, assalto, furtos. Enfrentamos várias coisas, principalmente a falta de acessibilidade à população, que antes frequentava o Parque do Ibirapuera, e hoje não pode, porque realmente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21768 DATA: 06/05/2026 FL: 50 DE 54

fls 51

o preço é inacessível.

Hoje, um Parque do Ibirapuera daquele tamanho tem pouquíssimos bebedouros, e quando funcionam.

Temos problema de lixo no parque. Temos problema de restaurantes de alto luxo que querem fazer um *vallet* – que, aliás, é um grande problema que temos hoje; e a CET está aprovando isso – lá na Av. Quarto Centenário, perto do Portão 5, para dar acessibilidade a quem frequenta um dos restaurantes – que eu não vou nem citar o nome. E não é isso. Já tem um estacionamento caríssimo lá dentro. Tudo é caro. Tudo fica inacessível e elitizado. O que eles querem é impedir que toda a população tenha acesso, e eu não desejo isso a vocês dos outros parques.

Eu quero poder ir para um conselho e discutir realmente boas coisas, bons projetos para a população participar, não simplesmente esse tipo de comportamento. E um parque concessionado, privatizado, é a destruição da participação da população e do acesso a um parque público verde. Não podemos permitir isso.

Estamos com vocês. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Conseguimos ouvir mais gente do que a Prefeitura ouviu durante todo o processo participativo. E vou dar no máximo três minutos para os membros da Mesa – Renata; Marina, que eu não sei se quer falar de novo; Madalena, que eu acho que é importante você poder falar pelo menos que encaminhamento a Secretaria vai dar para a essa questão.

A SRA. MARIA MADALENA VASCONCELOS – Eu quero agradecer a presença e a participação de todos nesta noite. É importante. Eu ouvi com muita atenção.

Da parte da Secretaria, eu reafirmo que todas as solicitações, apontamentos, dúvidas e contribuições apresentadas foram acolhidas com atenção e responsabilidade, e serão encaminhadas para o conhecimento e análise da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Eu anotei e vou passar todas as solicitações, que foram acolhidas. E com certeza absoluta todos terão um retorno.

Agradeço aos Vereadores pela atenção, pela dedicação e pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Madalena.

Eu vou passar para a Renata, que tentou fazer uma síntese.

A SRA. RENATA FALZONI – Não, mais ou menos.

A primeira fala é sempre uma coisa muito focada em elencar os problemas, e eu não tenho muito gosto de só ficar nos problemas. Então, buscando solução, a que eu mais indicaria é esquecermos e partirmos para uma próxima etapa. E acho que é fundamental nesse momento a Prefeitura escutar a população de cada parque, os usuários históricos, o conselho gestor, e levantar se há serviços necessários, de acordo com cada parque, que poderiam ser permissionados. No caso de se – de repente, não precisa nada. Bebedouro. Quem é que vai lá? Vai chamar uma concessionária? Banheiro?

Por exemplo, o Parque Cemucam: em vez de restaurante, que tal um serviço de apoio? Uma bicicletaria para a quantidade enorme que tem... A gente pensa bicicleta, mas, de repente, pode ser outra coisa. E tem que ser elencado não por mim, que estou sugerindo, e, sim, pelas pessoas que estão lá todos os dias, pedalando, com a família. E sempre lembrando que Cemucam é Centro Municipal de Campismo, local onde eu já acampeei na minha juventude.

O Parque Guarapiranga, hoje, tem um enorme espaço onde poderia ser promovido ecoturismo, turismo náutico, de remo. Neste fim de semana mesmo eu vou remar no rio Embu-Guaçu, que é um dos rios que deságua no parque. E para eu conseguir levantar isso foi muito difícil, não tem esse serviço. Talvez quem estivesse no Parque Guarapiranga e quisesse algo parecido... ou não; é sempre o se.

A mesma coisa para o Parque Augusta: alguma coisa voltada à cultura, leitura, contação de história, ou não. São coisas por aí.

Então, de repente, nessas escutas, talvez até apareça, por que não, alimentação; se aparecer. Pode até ser. E por que não a dona Joana, que faz aquela empadinha maravilhosa, que todo mundo disputa, ter um ponto dentro do parque, que fica a um quarteirão da casa dela, por exemplo?

Então, dentro das propostas, quaisquer que sejam, que sejam coisas que nasçam de dentro para fora. E mais: eu acho que temos que fazer uma pressão, Nabil, como parlamentares, para voltar a fazer com que esses conselhos gestores voltem a ser o motivo de por que foram criados – deliberativos. Isso é fundamental.

É isso aí. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – É isso aí.

O SR. ANDRÉ LUIZ VIANNA – Por favor, Nabil.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Sim.

O SR. ANDRÉ LUIZ VIANNA – É o André, do Cemucam.

Rapidamente, só 30 segundos, porque eu fiquei um pouco indignado agora.

Estamos numa audiência pública, todos falando dos parques, e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente posta um vídeo falando sobre os parques no Instagram. Isso é uma falta de respeito. Eu me senti um idiota agora. Nós todos aqui somos um bando de palhaços? Eu não acho isso. Acabaram de postar o mesmo vídeo que ouvimos aqui. Isso é uma falta de respeito. É falar que somos um bando de idiotas. Está aqui. É um absurdo isso. Nem a dignidade de se apresentar aqui teve.

Cadê as pessoas que vieram? O vídeo está aqui, no Instagram, público.

Numa audiência pública não vem, mas postar videozinho para lacrar – como dizem aí – posta, para falar que é bom. Eu estou me sentindo extremamente desrespeitado como munícipe desta cidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

Vamos encerrando.

Quero só falar palavras finais.

Primeiro, eu acho que nós cumprimos a nossa obrigação como Legislativo, de abrir a palavra para a comunidade, para que se colocasse. A Secretaria ouviu tudo que se falou.

Eu acho que tem uma questão básica – eu não vou entrar no conteúdo –, que é o seguinte: vamos começar esse processo do zero. Essa é a sugestão que eu vou fazer para a

Secretaria. Vamos fazer uma intermediação entre a Secretaria e todos os conselhos gestores, todos os movimentos nessa área. Eu acho que nós, seja pela comissão, seja pela frente – eu, a Marina e a Renata formamos a Frente Parlamentar do Direito à cidade, Enfrentamento e Adaptação Climática. Então, seja pela frente, seja pela comissão, fazer essa interlocução com a Secretaria do Verde para que comece esse processo do zero.

A Vereadora Renata já falou, e eu concordo totalmente: cada parque tem que discutir o que quer fazer, se aquilo é importante, se não é importante; se tem parque de 10 mil m², 11 mil m², como o Parque do Bixiga; 24 mil m², que é o Parque Augusta; e tem parque de 500 a 1 milhão de m², que é totalmente diferente. Tem parque que é em beira de represa, tem parque que está no meio da cidade. Então são coisas muito diferentes que precisam ser tratadas com a sua especificidade, a partir de um diálogo com a comunidade; através de um diálogo com arquiteto, com gente que possa fazer projetos e pensar; diálogo com o Patrimônio, que é fundamental, inclusive, na questão, por exemplo, do caso da Aclimação, que muita gente falou aqui – o campo de bocha, que é uma coisa importante para o parque e para a história da cidade de São Paulo, não somente para o parque. É muito mais do que isso, é para a história da cidade de São Paulo. A imigração italiana, principalmente a espanhola, que tinham dentro da bocha uma das suas atividades, e que vai desaparecer se não houver uma recuperação dos poucos campos de que sobraram. Em suma, eu não vou me estender, mas é isso.

Vamos começar esse processo do zero. E vamos, com isso, avançar para outro processo mais complexo, que é discutir as concessões já feitas.

Espero que consigamos aquilo que o Prefeito anunciou, depois de uma briga grande que temos feito, no Anhangabaú – que aquela concessão seja cancelada. Se conseguirmos isso, é o primeiro passo para um processo mais amplo de rediscutir os termos dessas concessões e garantir que possamos ter de volta o espaço público para as pessoas, para os cidadãos, para a comunidade.

É isso, gente. Obrigado.

Obrigado pela presença. Obrigado a todos que estão à Mesa e a todos que falaram.

(Palmas)

**Contribuições de munícipes para a Audiência Pública da Comissão de Trânsito,
Transporte e Atividade Econômica de 06/05/2026.**

PAULO FASANELLA: Não aos Polos Gastronômicos em parques!

DÉLIA M M COSTA: Os parques de São Paulo são importantes para a população usufruir calmamente do Verde. Existem lugares apropriados para refeições, lanches e esses lugares não são os parques.